



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**BOA VISTA-RR
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119, 121 e 124/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**BOA VISTA-RR
MARÇO/2013**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

5° DRPRF/RR – Quinto Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal em Roraima
ADI – Avaliação de Desempenho Individual
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH – Atendimento Pré-Hospitalar
BOP – Boletim de Ocorrência Policial
CADA – Comissão Administrativa de Defesa de Autuação
CGO – Coordenação Geral de Operações
CGPLAM – Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGRH – Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGU – Controlaria Geral da União
Ciee – Centro de Integração Empresa Escola
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH – Carteira Nacional de Habilitação
Coen – Coordenação Geral de Ensino
CRET – Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR – Comando de Saúde Rodoviário
CTB – Código de Trânsito Brasileiro
Denatran – Departamento Nacional de Trânsito
Detran – Departamento Estadual de Trânsito
DG – Direção Geral
Disas – Divisão de Saúde e Assistência Social
Ditran – Divisão de Trânsito
DN – Decisão Normativa
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNRC – Documento de Notificação e Recolhimento de CNH
DOU – Diário Oficial da União
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN – Instrução Normativa
Infoseg – Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
IS – Instrução de Serviço
ISDN – Integrated Services Digital Network (Rede Digital de Serviços Integrados)
JARI – Junta Administrativa de Recurso de Infrações
LOA – Lei Orçamentária Anual
MJ – Ministério da Justiça
MPO – Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAF – Núcleo Administrativo e Financeiro
NAP – Núcleo de Administração de Pessoal
NCAI – Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos
NDD – Natureza de Despesa Detalhada
NPF – Núcleo de Policiamento e Fiscalização
Nuad – Núcleo de Execução Administrativa
OG – Objetivos de Governo
OS – Ordem de Serviço
OM – Ordem de Missão
PCDP – Proposta de Concessão de Diárias e Passagens

PF – Pessoas Fiscalizadas
 PI – Plano Interno
 PNSP – Programa Nacional de Segurança Pública
 PPA – Plano Plurianual
 PR – Procuradoria da República
 PRF – Policial Rodoviário Federal
 RFB – Receita Federal do Brasil
 RG – Relatório de Gestão
 RP – Restos a Pagar
 SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
 SDH – Secretaria de Direitos Humanos
 Senat – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
 Sest – Serviço Social do Transporte
 Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 Siape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
 Siasg – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
 Siconv – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
 Siger – Sistema de Informações Gerenciais
 SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual
 Siorg – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SMTRAN – Superintendência Municipal de Trânsito
 Spiunet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU/RR – Superintendência do Patrimônio da União em Roraima
 SRP – Sistema de Registro de Preços
 TA – Testes de Alcoolemia
 TCU – Tribunal de Contas da União
 UCC – Unidade Centralizadora de Compras
 UFRR – Universidade Federal de Roraima
 UJ – Unidade Jurisdicionada
 UO – Unidade Orçamentária
 UOP – Unidade Operacional
 VF – Veículos Fiscalizados

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|
| GRÁFICO 1 – QUANTIDADE DE ACIDENTES (2011 X 2012)..... | 29 |
| GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE MORTOS (2011 X 2012)..... | 29 |
| GRÁFICO 3 – QUANTIDADE DE FERIDOS (2007 - 2012)..... | 30 |
| GRÁFICO 4 – PROCEDIMENTOS X MÊS 2012..... | 31 |
| GRÁFICO 5 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO (2011 X 2012)..... | 31 |
| GRÁFICO 6 – APREENSÃO DE COMBUSTÍVEIS..... | 33 |
| GRÁFICO 7 – APREENSÃO DE ENTORPECENTES..... | 33 |
| GRÁFICO 8 – QUANTIDADE DE SERVIDORES AUDITADOS..... | 37 |

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS..... | 8 |
| 1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL..... | 8 |
| <i>QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....</i> | <i>8</i> |
| 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS..... | 9 |
| <i>QUADRO 2 – MAPA ESTRATÉGICO DO DPRF PARA O PERÍODO 2012-2020.....</i> | <i>12</i> |
| <i>QUADRO 9 – OBJETIVOS DO GOVERNO VINCULADOS ÀS AÇÕES DO DPRF.....</i> | <i>12</i> |
| 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL..... | 13 |
| <i>QUADRO 3 – ORGANOGRAMA DO 5º DRPRF/RR.....</i> | <i>14</i> |
| 1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS..... | 18 |
| <i>QUADRO 4 – DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....</i> | <i>18</i> |
| 1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO..... | 21 |
| <i>QUADRO 5 – QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO.....</i> | <i>21</i> |
| 1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS..... | 22 |
| 2. INTRODUÇÃO..... | 23 |
| 3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES..... | 24 |
| 3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 24 |
| <i>QUADRO 6 – INDICADORES E METAS PARA O 5º DRPRF/RR.....</i> | <i>25</i> |
| <i>QUADRO 7 – OPERAÇÕES NACIONAIS REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2012.....</i> | <i>25</i> |
| <i>QUADRO 8 – OPERAÇÕES REGIONAIS E DE ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2012.....</i> | <i>25</i> |
| 3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | 26 |
| 3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES..... | 27 |
| 3.4 INDICADORES..... | 28 |
| <i>QUADRO 9 – QUANTITATIVO DE PROCEDIMENTOS POR TIPO 2012.....</i> | <i>34</i> |
| <i>QUADRO 10 – QUANTITATIVO DE PROCEDIMENTOS POR TIPO 2012.....</i> | <i>34</i> |
| 4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO..... | 34 |
| 4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA..... | 34 |
| 4.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS..... | 35 |
| <i>QUADRO 11 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....</i> | <i>35</i> |
| 4.2.2 Análise Crítica..... | 36 |
| 4.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO..... | 36 |
| <i>QUADRO 12 – AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO GERENCIAL DO SERVIÇO.....</i> | <i>37</i> |
| <i>QUADRO 13 – ANÁLISE DOS MACRO-OBETIVOS DA CORREGEDORIA REGIONAL.....</i> | <i>38</i> |
| 4.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU..... | 41 |
| 5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..... | 41 |
| 5.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ..... | 41 |
| 5.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ..... | 41 |
| 5.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ..... | 41 |
| 5.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ..... | 41 |
| 5.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ..... | 41 |
| 5.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ..... | 44 |
| 5.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ..... | 44 |
| 5.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA..... | 45 |
| 5.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ..... | 45 |
| 5.2.2 Programação de Despesas..... | 45 |
| 5.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa..... | 46 |
| 5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa..... | 46 |
| QUADRO 18 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO..... | 46 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| QUADRO 19 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO..... | 47 |
| 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..... | 49 |
| 6.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS..... | 49 |
| 6.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES..... | 49 |
| 6.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores..... | 49 |
| 6.2.2 Análise Crítica..... | 49 |
| 6.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS..... | 49 |
| 6.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS..... | 49 |
| 6.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos..... | 49 |
| 6.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ..... | 51 |
| 7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS..... | 52 |
| 7.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS..... | 52 |
| 7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada..... | 52 |
| 7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho..... | 53 |
| 7.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada..... | 54 |
| 7.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas..... | 55 |
| 7.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos..... | 55 |
| 7.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos..... | 55 |
| 7.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação..... | 56 |
| 7.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos..... | 58 |
| 7.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS..... | 58 |
| 7.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão..... | 58 |
| 7.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público..... | 58 |
| 7.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados..... | 58 |
| 7.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada..... | 59 |
| 7.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão..... | 59 |
| 7.2.6 Composição do Quadro de Estagiários..... | 59 |
| 8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO..... | 60 |
| 8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS... 60 | 60 |
| QUADRO 38 – INFORMAÇÕES SOBRE A FROTA Valores em R\$ 1,00..... | 60 |
| 8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO..... | 62 |
| 8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial..... | 62 |
| 8.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros..... | 62 |
| 8.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ..... | 62 |
| 8.3 ANÁLISE CRÍTICA..... | 63 |
| 9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO 64 | 64 |
| 9.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)..... | 64 |
| 10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..... | 64 |
| 10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS..... | 64 |
| QUADRO 41 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS..... | 64 |
| 10.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA..... | 65 |
| QUADRO 42 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA..... | 65 |
| 11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS | 66 |
| 11.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO..... | 66 |
| 11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício..... | 66 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício..... | 67 |
| 11.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício..... | 67 |
| 11.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício..... | 67 |
| 11.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA..... | 67 |
| 11.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93..... | 67 |
| 11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93..... | 67 |
| 11.3.2 Análise Crítica..... | 68 |
| 11.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV..... | 68 |
| <i>QUADRO 45 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....</i> | <i>68</i> |
| 12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS..... | 69 |
| 12.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO..... | 69 |
| 12.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos..... | 69 |
| 12.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... | 69 |
| 12.2.1 Declaração Plena..... | 69 |
| 12.2.1 Declaração com Ressalva..... | 69 |
| 12.3 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE | 69 |
| 13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO..... | 69 |
| 14. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA..... | 69 |
| 15. INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”..... | 70 |
| 16. AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS | 70 |
| 17. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS | 70 |
| 18. RESULTADOS E CONCLUSÕES..... | 70 |
| 18.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012..... | 70 |
| 18.2 PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS. . | 70 |

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

| Poder e Órgão de Vinculação | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|----------------------------------|---------------------------------|
| Poder: Executivo | | | |
| Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal | | | Código SIORG: 704 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação Completa: Quinto Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal | | | |
| Denominação Abreviada: 5º DRPRF/RR | | | |
| Código SIORG: 29305 | | Código LOA: Não se aplica | Código SIAFI: 200232 |
| Situação: Ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Órgão Público | | | CNPJ: 00.394.494/0137-00 |
| Principal Atividade: SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA | | | Código CNAE: 8424-8 |
| Telefones/Fax de contato: | | (095) 3212-5100 | (095) 3212-5101 |
| Endereço Eletrônico: sup.rr@dprf.gov.br | | | |
| Página na Internet: http://www.dprf.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Rua Professor Diomedes Souto Maior, nº 764, Bairro São Vicente, CEP: 69303-450, Boa Vista-RR | | | |
| Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| * Constituição da República Federativa do Brasil, de 8 de outubro de 1988. | | | |
| * Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro. | | | |
| * Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, que cria a carreira de Policial Rodoviário Federal e dá outras providências. | | | |
| * Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal e dá outras providências. | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| * Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, que define a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências. | | | |
| * Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências. | | | |
| * Regimento Interno, aprovado pela Portaria MJ nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, publicada no DOU de 6 de agosto de 2007. | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| * Na área de Policiamento e Fiscalização existem os Manuais de Procedimentos Operacionais – MPOs que vão do nº 1 ao 21 e versam sobre diversos temas, tais como rotinas operacionais, fiscalização de velocidade, peso e transporte de cargas, alcoolemia, equipamentos obrigatórios, transporte de produtos perigosos, de passageiros, uso dos sistemas móveis e confecção de boletins de acidente. | | | |
| * Na esfera correicional destacamos as INs da Corregedoria Geral do DPRF nº 1/2010, que estabelece diretrizes e normas referentes à instrução de procedimentos disciplinares e demais atividades correicionais no âmbito do DPRF, e nº 2/2011, que regulamenta as ações de corregedoria preventiva relacionadas ao Acompanhamento Gerencial do Serviço (AGS), ao Compromisso de Adequação Funcional (CAF) e ao Estímulo à Boa Conduta (EBC), no âmbito do DPRF. | | | |
| * Foi publicado o ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS APLICADO À PRF nas áreas de Recursos Humanos da Polícia Rodoviária Federal, cuja utilização foi determinada pela CGRH por meio da IN nº 8/2009. | | | |
| * Já com relação ao Administrativo e Financeiro, salientamos as ISs da Coordenação Geral de Administração, nº 1/2009, que estabelece as diretrizes relativas à gestão e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do DPRF, e a nº 1/2007, que cria a figura da Unidade Centralizadora de Compra – UCC e estabelece as diretrizes relativas ao planejamento da execução nacional das compras no âmbito do DPRF, bem como a Portaria nº 135/2012 da Direção Geral do DPRF, que disciplina as despesas com diárias e passagens para o exercício 2012. | | | |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | | Nome | |
| 200232 | | 5. Distrito Regional do DPRF | |
| Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | | Nome | |
| 00001 | | TESOURO NACIONAL | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| Não se aplica | | Não se aplica | |

Fonte: Diversas.

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

A malha rodoviária nacional é componente estratégico não apenas do desenvolvimento dos programas de Governo, como também, de circulação da produção nacional, pois representa meio de integração, diminuindo as distâncias entre os diversos pontos do País. Some-se a isso os demais seguimentos da população que, por conta dos mais variados interesses, fazem uso das estradas e rodovias. Neste contexto, o DPRF, órgão da União cuja principal finalidade é a promoção da segurança pública nacional, integrante da estrutura do Ministério da Justiça, atua em todas as unidades da federação, além de ser contato direto e identificado do Estado com a população. Tem como principal atribuição a realização do policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, além de promover a segurança do trânsito e contribuir para a expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

De forma geral, cabe à Polícia Rodoviária Federal garantir que o trânsito de pessoas e mercadorias, nas rodovias federais, seja feito de forma contínua e segura, através da coordenação e fiscalização do mesmo. Compete também a esse órgão policial impedir que a estrutura rodoviária seja utilizada para fins ilícitos, tais como tráfico de entorpecentes, de armas, de seres humanos, crimes contra o meio ambiente, assalto a ônibus, roubo de cargas, furto e roubo de veículos, contrabando, descaminho e pirataria, exploração sexual de menores, trabalho escravo, fuga de pessoas foragidas da justiça, dentre outros ilícitos. Um outro campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal é no controle das manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros e até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população. Podemos citar também, como área de atuação da Polícia Rodoviária Federal, o apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como, por exemplo, enchentes, queimadas e queda de barreiras.

Atua também, como guardiã de nossas fronteiras através das rodovias e integra o Brasil a outros países da América do Sul. Cabe ao 5º DRPRF/RR, no âmbito regional e na respectiva jurisdição, executar as atividades pertinentes ao DPRF, cumprindo todas estas finalidades e competência institucional nas rodovias federais do Estado de Roraima, compreendendo, inclusive, as fronteiras com a Venezuela e a Guiana e a divisa com o Estado do Amazonas. As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, devido a grande extensão da malha viária de Roraima. Tais ilícitos causam prejuízos à sociedade e à economia do País.

Por seu turno, as regras de circulação previstas no CTB encontram seu agente aplicador, em âmbito federal, na PRF. O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pelo braço identificado do Estado, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o atendimento da grave situação de segurança pública nas rodovias federais, é almejada a transmissão da sensação de segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade.

Além disso, e mais importante, o atingimento de seus objetivos ocorre através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão. Desta forma, a atuação da PRF busca reduzir o número de acidentes em nossas rodovias federais, buscando, assim, a redução de danos quando das ocorrências de acidentes rodoviários.

Concluindo, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que a atividade-meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto, tais como viaturas e equipamentos modernos e adequados a

nossa atividade, instalações físicas satisfatórias, sistemas de informática e comunicação eficientes, servidores capacitados, entre outros.

As competências do DPRF inseridas na Constituição Federal, encontram-se definidas no art. 144, inc. II e § 2º:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

II - polícia rodoviária federal;

[...]

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Além das próprias competências constitucionais, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, inclui a Polícia Rodoviária Federal no Sistema Nacional de Trânsito e decreta em seu art. 20 as competências legais da mesma:

Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

[...]

V - a Polícia Rodoviária Federal;

[...]

Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

Já o Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, foi publicado exclusivamente para definir, já em seu art. 1º, a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dar outras providências:

Art. 1º À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes

da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

O Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências, além de definir, em seu Anexo I, a Polícia Rodoviária Federal como área de competência do Ministério da Justiça, define bem em seu art. 37 as competências do DPRF já elencadas:

Art. 1º O Ministério da Justiça, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

[...]

IV - entorpecentes, segurança pública, Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal e do Distrito Federal;

[...]

Art. 2º O Ministério da Justiça tem a seguinte estrutura organizacional:

[...]

h) Departamento de Polícia Rodoviária Federal; e

[...]

Art. 37. Ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal cabe exercer as competências estabelecidas no art. 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995.

A PRF, historicamente, se dedicou por longas décadas ao policiamento de trânsito. Em sua ação cotidiana pouco se envolvia com operações e ações de combate e enfrentamento a criminalidade. Entretanto, como o passar dos anos e com o aumento da violência, a estrada, antes palco para o escoamento de riquezas e para o exercício do direito constitucional à livre locomoção, passou a servir, também, de suporte logístico para a circulação de criminosos e movimentação de produtos ilícitos. Este fato trouxe para o seio da PRF uma nova preocupação, qual seja: preparar-se para o enfrentamento a esses ilícitos, sem descuidar, no entanto, de sua missão histórica de zelar pela segurança e fluidez do trânsito.

O elemento norteador dessas ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas é o planejamento estratégico, o qual ainda está em processo de finalização, mas seu mapa já permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa do planejamento estratégico do DPRF para o período 2012-2020:

QUADRO 2 – MAPA ESTRATÉGICO DO DPRF PARA O PERÍODO 2012-2020



Fonte: DPRF

O Mapa Estratégico da PRF dialoga perfeitamente com os programas de governo. Todas as ações da PRF estão voltadas para o cumprimento do plano estratégico de governo definidos no Plano Plurianual - PPA, desta feita, o PPA 2012-2015. Portanto, o Planejamento Estratégico da PRF, que tem uma cobertura temporal maior que o PPA, a este se submete quando do estabelecimento de Indicadores e Metas a serem cumpridas pela Instituição.

A PRF contribui, principalmente, para o cumprimento do Programa Temático de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, Programa este vinculado ao Ministério da Justiça. O quadro abaixo demonstra os Objetivos de Governo aos quais as ações da PRF se vinculam expressamente. Como o Programa é Temático e transversal a muitos outros órgãos, nem todas as metas são afetadas exclusivamente à PRF.

QUADRO 9 – OBJETIVOS DO GOVERNO VINCULADOS ÀS AÇÕES DO DPRF

| OBJETIVOS DE GOVERNO | METAS PRF PPA 2012-2015 – PROGRAM 2070 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório. | Ampliar de 10,4 milhões para 24 milhões os procedimentos de fiscalização de pessoas; Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira; Implantar 350 unidades de PNRs nas fronteiras; Implantar 21 UNEFRONS da PRF.; Implantar 66 pontos de monitoramento OCR – Sistema Alerta Brasil; Implantar Sistema de tratamento de dados de Inteligência Policial do DPRF nas fronteiras; Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras. |
| 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. | Implantar 166 pontos de monitoramento – OCR – Sistema Alerta Brasil; Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da PRF, identificando perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores; Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União; Realizar ações de capacitação dos servidores da PRF, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | 85% dos servidores com no mínimo 30 h/a de capacitação anual; Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento – PRF. |
| 0832 - Implantar o Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos., dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos. | Instalar doze Centros de Comando e Controle Locais nos Estádios – Cidades Sedes CM 2014; Dose CCCI regionais nos Estados sede da CM 2014; Quinze CCCI em outros Estados; Um CCC Nacional; Cinquenta e um CCC Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções; Capacitar 5 mil PRFs em ações específicas voltadas para grandes eventos. |
| 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática. | Alcançar com ações de Ed Trans 1 milhão de pessoas até 2015; Ampliar a parceria com o MS – SAMU Rodoviário; Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais; Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia; Implantar o Centro de Segurança Viária; Implantar CCCs em todas as SRs (monitorar, despachar, controlar as ações operacionais); Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias. |

Fonte: PPA 2012-2015

A fim de dar desdobramento das metas globais do DPRF até suas Unidades Regionais foi publicada pela Coordenação Geral de Operações a Instrução de Serviço nº 4, de 14 de dezembro de 2011. Nela restaram definidos os Indicadores e metas para todas as Regionais, inclusive o 5º DRPRF/RR, os quais serão discutidos nos tópicos do item 3.

Apesar de o Programa Temático a que a PRF está vinculada no PPA 2012-2015 não trazer mais os Indicadores de Resultado, ou seja, as taxas de mortalidade e de variação de acidentes (estas existiam no Programa 0663 do PPA 2008-2011), o Órgão Central, por meio da Coordenação-Geral de Operações resolveu contemplá-las no exercício 2012.

Os Indicadores vinculados a ocorrência de acidentes de trânsito, seja a Taxa de Mortalidade Específica ou o Índice de vítimas de acidentes, figuram neste PPA no Programa Temático 2048 – Mobilidade urbana e trânsito, tendo como órgão responsável o Ministério das Cidades.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O organograma funcional do 5º DRPRF/RR está definido no Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria MJ nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, e sua estrutura administrativa, hierárquica e organizacional é a seguinte:

QUADRO 3 – ORGANOGRAMA DO 5º DRPRF/RR



Fonte: Regimento Interno do DPRF.

O Gabinete e demais Núcleos componentes da estrutura organizacional da Sede do 5º DRPRF/RR funcionam no endereço postal indicado no Quadro 1, enquanto as UOPs 02 e 03 se localizam em Boa Vista, mais precisamente na BR-174, KMs 511 e 491, respectivamente.

A descrição das competências e atribuições de responsabilidade de cada área componente da estrutura apresentada no Quadro 2 estão definidas nos arts. 96 a 100 do Regimento Interno do DPRF, quais sejam:

Art. 96. Aos Distritos Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

- I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;
- III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;
- IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;
- V - conceder remoção, ex-ofício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;
- VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;
- VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;
- VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;
- IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;
- X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e
- XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 97. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete:

- I - programar, coordenar e executar as atividades de policiamento e segurança rodoviária, inspeção e fiscalização do trânsito, transporte de pessoas e bens, prevenção e repressão de roubo e furto de veículos e de cargas, identificação e monitoramento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, elaborar estatísticas, transitometria e executar o credenciamento de escoltas;
- II - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:
 - a) atendimento pré-hospitalar e resgate;
 - b) transporte inter-hospitalar;
 - c) transporte de órgãos;
 - d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;
 - e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;
 - f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;

g) atividades de medicina do tráfego;
h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;
i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.
III - acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;
IV - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso II;
V - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II;
VI - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;
VII - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;
VIII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;
IX - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;
X - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;
XI - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;
XII - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários ligados a boletins de ocorrências;
XIII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário;
XIV - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material, informações pertinentes à estadia, locomoção, alimentação e demais dados necessários ao planejamento logístico, quando da realização de operações fora de sua circunscrição;
XV - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: corpo de motociclismo, grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros;
XVI - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;
XVII - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades do Distrito Regional, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;
XVIII - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registro de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;
XIX - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;
XX - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infrações e autos de infrações distribuídos, extraviados ou danificados;
XXI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;
XXII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;
XXIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas;
XXIV - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI; e
XXV - coordenar e controlar as atividades da Central de Informação Operacional - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta.

Art. 98. Ao Núcleo Administrativo e Financeiro compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

II - executar as atividades inerentes às aquisições de materiais e serviços de interesse do Distrito Regional;

- III - auxiliar na elaboração de editais de licitação, minutas de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações;
- IV - orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;
- V - coordenar e analisar os atos relacionados aos procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades;
- VI - comunicar ao superior hierárquico os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitação no âmbito do Distrito Regional;
- VII - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;
- VIII - controlar e executar os recursos recebidos, além de emitir notas de empenho, efetuando, quando necessário, reforços e cancelamentos;
- IX - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;
- X - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;
- XI - controlar, conferir e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;
- XII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;
- XIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;
- XIV - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;
- XV - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;
- XVI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;
- XVII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários;
- XVIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio do Distrito Regional;
- XIX - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores do Distrito para pronto atendimento quando solicitado; e
- XX - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de servido da Unidade Regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Unidade de um exemplar do boletim de serviço central.

Art. 99. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;
- II - auxiliar na realização de estágios, cursos, concursos públicos e outros processos seletivos;
- III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;
- IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;
- V - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;
- VI - planejar e executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da Gratificação Desempenho de Atividade Técnica Administrativa GDATA, bem como as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;
- VII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;
- VIII - instruir os processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico-legais necessárias à defesa da União;
- IX - auxiliar o Chefe de Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;
- X - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;
- XI - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- XII - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;
- XIII - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;
- XIV - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

- XV - controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;
- XVI - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;
- XVII - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-officio, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;
- XVIII - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;
- XIX promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;
- XX - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;
- XXI - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;
- XXII - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;
- XXIII - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;
- XXIV - adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;
- XXV - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:
- a) concessão de plano de saúde;
 - b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;
 - c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável -PROSSERV;
 - d) apoio de saúde institucional;
 - e) higiene e saúde no trabalho;
 - f) perícias;
 - g) doenças do trabalho;
 - h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;
 - i) medicina do trabalho;
 - j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;
 - l) juntas médicas regionais.
- XXVI - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;
- XXVII - auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;
- XXVIII realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;
- XXIX - realizar o acompanhamento técnico dos cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;
- XXX - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas;
- XXXI - representar a Unidade Regional local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas;
- XXXII - subsidiar o Chefe do Distrito na prática de atos de sua competência, visando ao atendimento dos requisitos de legalidade e motivação;
- XXXIII - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação; e
- XXXIV - subsidiar o Chefe do Distrito na prática de atos de sua competência, visando ao atendimento dos requisitos de legalidade e motivação.
- Art. 100. Ao Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos compete:
- I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Distrito Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;
 - II - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares, bem como orientar as unidades da Regional na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente;
 - III - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;
 - IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por

- servidores, analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;
- V - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;
- VI - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares;
- VII - elaborar e manter atualizado o mapa cartorial do Distrito Regional;
- VIII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores do Distrito Regional;
- IX - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;
- X - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho, para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo;
- XI - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;
- XII - elaborar estatísticas de interesse da área correcional e relatório de gestão;
- XIII - prestar informações e encaminhar documentos referentes a questões correcionais, às áreas competentes;
- XIV - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade do Distrito Regional;
- XV - elaborar e solicitar o orçamento necessário ao desenvolvimento das atividades correcionais;
- XVI - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes à Corregedoria; e
- XVII - elaborar e operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O quadro abaixo apresenta os dez principais macroprocessos finalísticos do DPRF. Todos eles estão vinculados aos Objetivos de Governo (OG) contidos no Programa Temático Segurança Pública com Cidadania (2070).

Naturalmente, dada a transversalidade dos Programas Temáticos, esses macroprocessos por vezes dialogam com outros programas governamentais. Entretanto, para efeito didático só registraremos os OGs do Programa Temático 2070. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, como foi sua condução pelo 5º DRPRF/RR.

No item 3 deste Relatório será tratada também a estratégia de atuação. Portanto as informações no campo do quadro a seguir são sucintas e trazem apenas linhas gerais.

| <i>QUADRO 4 – DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</i> | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Macroprocesso 1 | ATENDIMENTO AO CIDADÃO |
| Cliente | Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização. |
| Necessidades Do cliente | Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversas, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas. |
| Produtos/ Serviços | Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias. |
| Resultados | Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório. |
| OG | 0833 |
| As defesas das autuações foram e são apresentadas em qualquer Unidade da PRF. Em sede de defesa da autuação a análise foi efetuada pela Comissão de Defesa da Autuação – CADA. Em caso de recurso por penalidade já imposta, a análise foi efetuada pela Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI. | |
| Os demais serviços foram prestados diuturnamente pelas equipes escaladas na UOP 03 e em patrulhamento da rodovia. Os BATs foram registrados em Sistema Informatizado (BR Brasil), ficando o interessado de posse do número da ocorrência, com a qual, somada ao número de seu CPF, o habilitou a retirar a partir de 72 (setenta e duas) horas cópia do BAT em qualquer lugar que tenha acesso a internet. Estas cópias também puderam ser retiradas em qualquer Unidade da PRF. Outro ponto de destaque foram os Comandos de Saúde realizados nas rodovias. | |
| Macroprocesso 2 | CONDIÇÕES DAS RODOVIAS E REGULARIDADE DA FAIXA DE DOMÍNIO. |

| <i>QUADRO 4 – DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</i> | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Cliente | Usuário da rodovia, DNIT e ANTT. |
| Necessidades Do cliente | Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado. |
| Produtos/ Serviços | Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio. |
| Resultados | Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito. |
| OG | 0833 |
| Além das informações diárias sobre qualquer alteração nas condições de trafegabilidade das rodovias, fato imediatamente comunicado ao órgão rodoviário da União, anualmente é realizado levantamento minucioso das condições dessas vias, cujo relatório é oferecido ao DNIT, de modo a permitir a atualização do sítio daquele órgão na internet. Este levantamento organizado se faz com o emprego do Núcleo de Inteligência. As invasões da faixa de domínio foram imediatamente notificadas, procedendo-se ao embargo da obra. | |
| Macroprocesso 3 | CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE ESCOLTA |
| Cliente | Empresas de escolta de cargas excedentes. Usuário da rodovia. |
| Necessidades Do cliente | Regularidade e legalidade das atividades de escolta e similares. |
| Produtos/ Serviços | Autorização para serviços de escolta e similares. |
| Resultados | Segurança no transporte de cargas excedentes, superdimensionadas ou especiais. |
| OG | 0833 |
| Em nossa Regional não houve ocorrência deste tipo durante o exercício 2012. | |
| Macroprocesso 4 | EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO. |
| Cliente | Usuários, população linceira às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral. |
| Necessidades Do cliente | Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática a direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade. |
| Produtos/ Serviços | Informações sobre legislação de trânsito e correlatas, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço. |
| Resultados | Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito. |
| OG | 0833 |
| Foi designada Comissão Regional de Educação para o Trânsito, a qual recebe e processa todos os pedidos de palestras, campanhas, comandos educativos. Quanto a informação de caráter geral, foi amplamente utilizado o apoio da mídia (jornais, rádio e TV). Todas as Operações vinculadas à segurança do trânsito foram divulgadas e neste momento era discorrido sobre o comportamento esperado de cada condutor. | |
| Macroprocesso 5 | INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE RISCOS. |
| Cliente | Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa. |
| Necessidades Do cliente | Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informacionais para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno, conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais. |
| Produtos/ Serviços | Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais. |
| Resultados | Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação. |
| OG | 0825, 0830, 0832, 0833 |
| Cada Equipe de serviço no trecho figurou com fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, entre outros. Por outro lado, o Núcleo de Inteligência recebeu, tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse da Instituição e do Sistema de Segurança por si realizados, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu conhecimentos de outros órgãos integrantes do SISBIN. As informações sem necessidade de sigilo, a exemplo de possível interdição de rodovia, são divulgadas a fim de diminuir a surpresa aos usuários da via. | |

| <i>QUADRO 4 – DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</i> | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Macroprocesso 6 | FISCALIZAÇÃO, FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO. |
| Cliente | Usuários das rodovias federais, população lindeira, sociedade em geral. |
| Necessidades Do cliente | Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito. |
| Produtos/ Serviços | Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais. |
| Resultados | Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito). |
| OG | 0833 |
| A fiscalização do trânsito foi fator primordial para a prevenção de ocorrência de acidentes. Para tanto foi estabelecido metas de fiscalização, cartão programa com o planejamento do patrulhamento diário, comando de fiscalização, operações em datas especiais (feriados nacionais e regionais e finais de semana prolongados). | |
| Macroprocesso 7 | ESCOLTA E BATEDOR. |
| Cliente | Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário. |
| Necessidades Do cliente | Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários. |
| Produtos/ Serviços | Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor; |
| Resultados | Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais que exigam a presença da PRF. |
| OG | 0833 |
| A PRF integrou todos os trabalhos de segurança de dignitários em visita à sua circunscrição, em especial membros do Poder Executivo. Este trabalho foi realizado em parceria com as demais Instituições Policiais e de Inteligência. | |
| Macroprocesso 8 | OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME |
| Cliente | Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes, proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal e Estadual), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral. |
| Necessidades Do cliente | Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos. |
| Produtos/ Serviços | Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários, bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes). |
| Resultados | Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade da pessoa humana. |
| OG | 0825; 0832; 0833 |
| Foram realizadas diversas Operações com o foco no enfrentamento ao tráfico de drogas e armas na região de fronteira (Operação Sentinela, Operação Oteveic, Operação OTTCO). Este enfrentamento também permeia a atividade das equipes com atividade diárias nas escalas de serviço, pois o produto do ilícito se movimenta e o criminoso se locomove. Portanto, não raro, na atividade rotineira de fiscalização foram retirado criminosos de circulação, bem como efetuada apreensão de drogas, veículos furtados/roubados, produtos oriundos de contrabando/descaminho, entre outros. | |
| Macroprocesso 9 | FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS. |
| Cliente | Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas, usuários da rodovia. |
| Necessidades Do cliente | Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus. |
| Produtos/ Serviços | Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros. |
| Resultados | Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso. |
| OG | 0825; 0833. |
| A fiscalização do transporte integrou a ações diárias de trabalho, mas teve atenção especial com a realização de operações específicas de fiscalização de transporte de produtos perigosos; do transporte de carga, com foco no excesso de peso; e de transporte interestadual e internacional de passageiros, em face do risco que sinistro envolvendo os veículos que transportam tais substâncias traz ao meio ambiente, dos danos às rodovias e da segurança e conforto | |

| <i>QUADRO 4 – DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</i> | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| dos passageiros, respectivamente. | |
| Macroprocesso 10 | COMANDO E CONTROLE. |
| Cliente | Usuários da rodovia, população lindeira, sociedade em geral |
| Necessidades Do cliente | Atendimento otimizado de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo. |
| Produtos/ Serviços | Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas. |
| Resultados | Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio presença e intervenção do policiamento nos pontos previamente definido. |
| OG | 0825; 0833. |
| As ações de comando e controle foram realizadas pelo Núcleo de Policiamento por meio da CIOP – Central de Informações Operacionais, a qual atendeu os chamados de emergência, acionando as equipes em campo para o atendimento. A vertente de comando e controle foi realizado aquém do potencial, vez que já está disponível o monitoramento georreferenciado das viaturas. Esta é uma oportunidade de melhoria para o exercício 2013. | |

Esse dez macroprocessos obedecem aos quatro eixos de atuação da PRF: atendimento ao usuário da via; fiscalização de trânsito; educação para o trânsito e enfrentamento à criminalidade. Restou evidenciado que o principal mecanismo para a execução dessas tarefas é o policiamento ostensivo. Para a cobertura da malha viária da Regional em serviço de patrulhamento foram percorridos 281.633 (duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e três) quilômetros.

O policiamento ostensivo está equilibrado em quatro vertentes, são elas: a visibilidade, a disponibilidade, a pronta intervenção e o monitoramento e controle viário. Todos os macroprocessos finalísticos, bem como os macroprocessos de apoio que veremos a seguir trabalham para que essa tarefa seja desempenhada a contento.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

O quadro abaixo apresenta os quatro principais macroprocessos de apoio da Instituição. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta Regional.

| <i>QUADRO 5 – QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO</i> | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Macroprocesso 1 | DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL. |
| Cliente | Servidores policiais e do quadro de apoio |
| Necessidades Do cliente | Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional. |
| Produtos/ Serviços | Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento. |
| Resultados | Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade |
| OG | 0825, 0830, 0833. |
| Os trabalhos de análise das demandas por concessão de benefícios e administração de pessoal, bem com a geração e controle da folha de pagamento caminhou na rotina que lhe é peculiar. O Projeto Patrulha da Saúde buscou verificar a condição de saúde dos servidores e estimular a prática saudáveis de alimentação e atividade física nestes. A capacitação atingiu 90 (noventa) servidores, incluindo os que realizaram mais de uma, apesar do DPRF ter empenhado muitos recursos e esforços na formação do novo efetivo no exercício 2012. | |
| Macroprocesso 2 | APOIO LOGÍSTICO. |
| Cliente | Principalmente a Atividade Finalística. |
| Necessidades Do cliente | Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.), abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas). |
| Produtos/ Serviços | Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos. |
| Resultados | Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização. |
| OG | 0825, 0830, 0833. |
| Foi celebrado contrato de manutenção para toda a frota da Regional e o abastecimento foi feito por meio do contrato nacional com a TICKET CAR, ficando apenas um servidor da Regional responsável pelo controle desses dois serviços, a quantidade de servidores (apenas um) foi a principal dificuldade nesta área. Foram feitas as calibrações e aferições nos etilômetros, únicos equipamentos em nossa Regional que necessitam destes serviços. Esteve vigente durante todo o ano contrato de limpeza e conservação das instalações físicas. | |
| Macroprocesso 3 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E SERVIÇOS DE TIC. |
| Cliente | Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF. |

| <i>QUADRO 5 – QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO</i> | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Necessidades Do cliente | Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos. |
| Produtos/ Serviços | Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário. |
| Resultados | Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo. |
| OG | 0825, 0830, 0833. |
| Foi contratado serviço de manutenção predial (pequenas obras de reparo) para as instalações físicas da Sede e da UOP 03 – Água Boa, tendo a contratada cumprido na íntegra os serviços acordados. Realizou-se levantamento das condições físicas UOP 03 – Água Boa com vistas à elaboração de projeto básico para a contratação de projeto executivo para reforma e ampliação da mesma. Essas duas providências terão continuidade no exercício de 2013. A celebração de contrato para a construção da nova Sede do Distrito ainda se encontra sobrestada devido à indefinição quanto à área que será utilizada. O serviço de telecomunicação é bastante precário e passará no exercício de 2013 por pequenas manutenções, pois o Projeto LANDEL terá sua implantação iniciada no exercício 2013. Esse projeto implantará o rádio digital em toda a circunscrição da Regional. O serviço de TI passa por atualização na Sede Central, ficando a Regional responsável pela administração da rede em seu âmbito. No exercício 2012, foram incorporadas ao nosso acervo patrimonial 20 (vinte) novas estações de trabalho e 5 (cinco) notebook. | |
| Macroprocesso 4 | CORREIÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. |
| Cliente | Esse macroprocesso está no limiar ente o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele é o cidadão-usuário. Entretanto, neste caso, o classificamos como meio e delimitamos a clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalharem em um Instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem. |
| Necessidades Do cliente | Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sua conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente. |
| Produtos/ Serviços | Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública. |
| Resultados | Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão. |
| OG | 0825, 0830, 0833. |
| Este é um dos macroprocessos melhores conduzidos na Regional, pois já é tradição o rigor em qualquer apuração face eventual desvio de conduta, naturalmente, sem descuidar dos direitos e garantias constitucionais, fato que afasta qualquer eventual sentimento de impunidade. Mas também foi dada extrema importância para o trabalho preventivo com realização de reuniões, debates, orientações prévias, entre outras. | |

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

O trabalho da PRF, regra geral, sempre conta com a parceria de outros órgãos. Senão vejamos. No campo do combate a criminalidade, o ciclo de polícia no Brasil é incompleto. Temos a Polícia Ostensiva e a Polícia Judiciária. Assim, nenhum criminoso chega ao tribunal, mesmo encontrado em situação de flagrância pela PRF, sem passar pela Polícia Judiciária. Esse trabalho se completa com a participação do Ministério Público e, por último, com o julgamento do Poder Judiciário.

No dia a dia da estrada, a PRF tem 2 (dois) parceiros institucionais que com ela divide a mesma circunscrição: o DNIT e a ANTT. Com estes órgãos existem termos de cooperação celebrado por suas Direções Gerais. Do mesmo modo existe Convênio celebrado entre o DPRF e o a Procuradoria Geral do Ministério Público do Trabalho com o objeto de melhorar o enfrentamento à exploração de trabalhadores.

Dentre os órgãos parceiros desta Regional, podemos citar o SAMU – Serviço de Atendimento Médico de Urgência, com o qual o DPRF também possui Convênio, unidade que sempre que é acionada nos presta apoio nas demandas de atendimento de acidentes em nossas rodovias. Em contrapartida, dentro de nossas limitações, disponibilizamos alguns materiais de primeiros socorros para atender às dificuldades de reposição deste material por parte daquela unidade de socorro.

Existe outra Cooperação Técnica em nível nacional que é o Convênio com o SEST/SENAST, cujo objeto é a realização dos Comandos de Saúde nas rodovias, tendo com principal alvo os motoristas profissionais. Ocasionalmente, o SEST/SENAST também nos cede seu espaço físico para realização de reuniões e cursos de capacitação.

Recentemente, foi celebrado Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa, sem repasse de recursos financeiros, com a Prefeitura de Boa Vista, objetivando a ocupação por parte do

SAMU, de forma compartilhada, das instalações físicas da UOP 02 – Cauamé, passando a mesma a ser, também, base operacional de atendimento de urgência, sendo que, em momento oportuno, a UOP 02 deverá ter seu termo de cessão transferido para o município de Boa Vista em razão de estar fora dos planos estratégicos da Regional no que concerne às ações de fiscalização e combate à criminalidade.

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado, também nos auxilia em nossas demandas no atendimento de acidentes, principalmente aqueles que resultam em vítimas encarceradas nas ferragens.

Também realizamos ações pontuais com o IBAMA, no combate aos crimes ambientais, sendo que as ações operacionais são geralmente custeadas por aquele órgão.

A Polícia Militar tem sido um parceiro muito próximo, principalmente em ações necessárias aos grandes eventos que são demandados para esta Regional, recentemente realizamos 2 (duas) grandes ações conjuntas, nas eleições 2010 e 2012, onde foram disponibilizados equipes para atuação simultânea em pontos diversos.

Recentemente intensificamos as ações conjuntas com a Receita Federal do Brasil, principalmente nas regiões de nossas 2 (duas) fronteiras internacionais, com troca de informações e disponibilização de equipamentos, visando amenizar nossas carências e falta de recursos financeiros para aquisição de equipamentos específicos.

Podemos ainda citar como parceiros o Departamento Estadual de Trânsito de Roraima – DETRAN/RR e a Superintendência Municipal de Trânsito de Boa Vista – SMTRAN que participaram ativamente de operações conjunta tanto em Boa Vista como em municípios do interior.

No decorrer da gestão, estaremos em busca de outros parceiros, sempre com o objetivo de amenizar as dificuldades operacionais na execução de nossas competências e atribuições legais.

2. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão, estruturado de acordo com o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, nas Decisões Normativas TCU nº 119, 121 e 124/2012, na Portaria TCU nº 150/2012 e na Portaria CGU-PR nº 133/2013, contempla o desempenho de todas as atividades desenvolvidas e os atos de gestão praticados pelo 5º DRPRF/RR durante o exercício de 2012, servindo como instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, além de ser parte integrante do processo de prestação de contas ordinária ao qual será submetida esta Unidade.

Os itens 3.1, 10.2 e 11.6 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 não devem ser apresentados no Relatório de Gestão do 5º DRPRF/RR, como determina o item b) do Quadro A1 do mesmo Anexo. Tais itens equivalem no sumário aos itens 4.1, 11.2 e 12.3. Os itens 3.3, 5.6 e 11.3 a 11.5 da referida DN também não devem ser apresentados, porém não encontram itens equivalentes no sumário.

Toda a Parte B do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 não se aplica ao Relatório de Gestão do 5º DRPRF/RR, portanto os itens 14, 15, 16 e 17 do sumário não foram preenchidos e se equivalem aos itens 3, 16, 31 e 38 da Parte B.

Além disso, toda a Parte C do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 também não se aplica ao Relatório de Gestão do 5º DRPRF/RR, porém não encontra equivalentes no sumário.

Diversos itens do anexo II da DN TCU nº 119/2012, não foram explorados no Relatório de Gestão do 5º DRPRF/RR pelos mais variados motivos, tais como, o 5º DRPRF/RR não é Unidade Orçamentária, não é responsável por Ações da LOA, não houve ocorrência no período, tais motivos estão expostos no texto dos respectivos itens do sumário. Relacionamos estes itens a seguir seguindo o raciocínio ITEM DA DN/ITEM(NS) EQUIVALENTE(S) NO SUMÁRIO: 4.1/5.1.1,5.1.2,5.1.3 e 5.1.5; 4.3, b)/5.2.2; parte do 4.3, e)/5.2.4.1; 5.1/6.1; 5.3/6.3; parte do 5.4/6.4.1.2; 5.5/6.5; parte do 6.1, e)/7.1.7.2 e 7.1.7.3; 6.1, f)/7.1.5; 6.1, g)/7.1.6; 6.1, h)/7.1.8; parte do 6.2/7.2.1, 7.2.2, 7.2.3 e 7.2.5; 8.1/9.1; parte do 10.1/11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4; e parte do 11.2/12.2.1.

Além desses, também não foram explorados os itens 4.3, alíneas c) e f), por não ser o 5º DRPRF/RR responsável por Ações da LOA e por não existirem indicadores institucionais instituídos para medir seu desempenho orçamentário e financeiro, respectivamente. Porém tais itens

não encontram equivalentes no sumário.

Dentre as principais realizações da gestão no exercício 2012, destacamos o incremento nas ações operacionais, com a realização de várias operações de combate à criminalidade e de fiscalização de trânsito em todas as rodovias federais que cortam o Estado. No que tange à área administrativa, com o recebimento de novos policiais, estamos buscando a reestruturação de nossos núcleos, principalmente o administrativo e financeiro e o de corregedoria e assuntos internos, sem desprezar os demais, tais como o de inteligência, que ficou vários anos sem atividade e, no início da atual gestão, o reativamos e gradativamente estamos adquirindo os equipamentos necessários à sua missão.

As principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ foram:

-Efetivo reduzido, extensa malha rodoviária, dificuldades na composição dos núcleos administrativo e financeiro, dificuldades na realização de licitações em razão da falta de empresas idôneas e com capacidade para a execução do objeto do edital, concomitância nas ações de ordem administrativa e financeira com a operacional, em que as demandas exigiam a participação do efetivo em vários eventos, tanto na regional como em outras superintendências e na sede do DPRF, fato que causava certo prejuízo no nosso poder de execução;

-Dificuldades na resolução das questões envolvendo os imóveis atualmente ocupados, o excesso burocrático nos impediu de regularizá-los, uma vez que para tal, dependíamos de outros órgãos e de sua morosidade como fator negativo;

-Dificuldade na aquisição de área para a construção da sede definitiva desta UJ, situação que se encontra pendente na SPU – Superintendência do Patrimônio da União em vias de resolução, o que após, nos permitirá buscar os recursos para fins de execução de projeto executivo e por conseguinte realização de licitação com vista a sua construção;

-Dificuldades na conclusão do nosso processo para realização de leilão de bens móveis de terceiros (veículos apreendidos), o qual tentamos concluir desde o início da atual gestão, mas como sempre esbarramos na burocracia e em dificuldades de ordem operacional, considerando que os servidores da área administrativa acumulam atribuições diversas e em ordem de prioridades, atualmente o maior problema que se apresenta ao caso em questão versa sobre os veículos que apresentam restrições de ordem judiciais, sendo que todas as respectivas varas judiciais já foram devidamente oficiadas no sentido de que seja autorizada sua inclusão no referido processo licitatório.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

Neste tópico e subtópicos será abordado o planejamento estratégico da Instituição, bem como as estratégias, metas e planos de ação a fim de atingir os objetivos institucionais e de governo.

O planejamento estratégico do DPRF compreende o período 2012-2020 e foi elaborado no mais alto nível de comando, ou seja, na Direção Geral. Dele descortinam-se os planejamentos em nível tático pelas diversas áreas da administração central. Este planejamento está totalmente vinculado às suas competências institucionais, bem como ao Plano Plurianual – PPA 2012-2015, onde todos os macroprocessos da Instituição estão totalmente vinculados aos Objetivos de Governo do PPA.

O planejamento estratégico da PRF também sinalizou no sentido de intensificar o orgulho de pertencer à Instituição e fortalecer os valores institucionais de profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade social.

A única área que teve desdobrada suas metas até as Unidades Desconcentradas foi a área operacional, por meio da Coordenação Geral de Operações, que publicou a IS nº 4, de 14 de dezembro de 2011, onde restaram definidos os Indicadores e metas para todas as Regionais, inclusive o 5º DRPRF/RR. A partir daí definiu-se ações para o seu atingimento e os planos de ações decorrentes.

3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Cada uma das áreas do planejamento estratégico do DPRF obedece a um Plano Diretor vinculado, naturalmente, ao planejamento estratégico. Durante o ano de 2012 as citadas áreas

trabalharam na elaboração de seus planos diretores, bem como nos desdobramentos de cada objetivo estratégico.

Às Unidades Desconcentradas, caso deste Distrito Regional, cabe a elaboração do planejamento em nível operacional, observando as diretrizes para o planejamento em nível operacional definido pelas áreas da Direção Geral, bem como a observação de algumas particularidades regionais.

Todos os dirigentes regionais, Superintendentes e Chefes de Distrito, na condição de integrantes da alta administração da Instituição tomam parte na realização do planejamento estratégico.

Com o desdobramento das metas da atividade finalística até as Unidades Desconcentradas por meio da IS nº 4, de 14 de dezembro de 2011, restaram definidos os Indicadores e metas para esta UJ.

QUADRO 6 – INDICADORES E METAS PARA O 5º DRPRF/RR

| INDICADOR | Taxa de Variação de Acidentes* | Taxa de Mortalidade* | Procedimentos de Fiscalização | |
|-----------|--------------------------------|----------------------|-------------------------------|----------------------|
| | | | Veículos Fiscalizados | Pessoas Fiscalizadas |
| PREVISTO | 2,970 | 0,520 | 15.627 | 15.627 |

Fonte: IS nº 4 /2011/CGO/DPRF/MJ

*Acidentes e Mortos por 1.000.000 de veículos da Frota Nacional (fonte da frota – DENATRAN).

Para perseguir as metas definidas, a atividade rotineira obedeceu a criterioso levantamento de pontos críticos de acidentes, utilizando o SIGER/DPRF – Sistema de Informações Gerenciais, os quais somados aos fatores críticos de acidentes orientaram o planejamento das ações diárias de policiamento.

Esse planejamento é difundido ao efetivo por meio de Cartão Programa de Policiamento, onde a chefia de Policiamento faz constar os itinerários de patrulhamento, pontos de parada e abordagens e metas a serem cumpridas ao longo do dia e do trecho.

Além deste planejamento da ação diária, têm-se também as Operações de calendário – feriados e festas nacionais e regionais. Essas Operações têm por objetivo reforçar o policiamento e diminuir os riscos de sinistro potencializado pelo aumento do fluxo de veículos e pessoas nas rodovias.

QUADRO 7 – OPERAÇÕES NACIONAIS REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2012

| OPERAÇÕES NACIONAIS | PERÍODO | | HORÁRIO/DIA | |
|---------------------------------|------------|------------|----------------------------|-------|
| | INÍCIO | TÉRMINO | 00h00 | 24h00 |
| CARNAVAL | 17/02/2012 | 22/02/2012 | SEXTA-FEIRA A QUARTA-FEIRA | |
| SEMANA SANTA | 05/04/2012 | 08/04/2012 | QUINTA-FEIRA A DOMINGO | |
| DIA DO TRABALHO | 27/04/2012 | 1º/05/2012 | SEXTA-FEIRA A TERÇA-FEIRA | |
| CORPUS CHRISTI | 06/06/2012 | 10/06/2012 | QUARTA-FEIRA A DOMINGO | |
| INDEPENDÊNCIA | 06/07/2012 | 09/07/2012 | QUINTA-FEIRA A DOMINGO | |
| NOSSA SENHORA APARECIDA | 11/10/2012 | 14/10/2012 | QUINTA-FEIRA A DOMINGO | |
| FINADOS | 1º/11/2012 | 04/11/2012 | QUINTA-FEIRA A DOMINGO | |
| PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA | 14/11/2012 | 18/11/2012 | QUARTA-FEIRA A DOMINGO | |
| FIM DE ANO | 21/12/2012 | 02/01/2013 | SEXTA-FEIRA A TERÇA-FEIRA | |

Fonte: CGO/DPRF

Bem, como houve também a previsão de ações diferenciadas para os eventos regionais e o enfrentamento à criminalidade também foi alvo de previsão de reforço por meio de operações especiais de combate ao crime, aliadas à realização da etapa regional da Operação Sentinela que ocorreu durante todo o ano e nos principais pontos de ligação à fronteira, expomos estas operações no quadro abaixo:

QUADRO 8 – OPERAÇÕES REGIONAIS E DE ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2012

| |
|---------------------------------------------|
| Atividades de Policiamento Ostensivo |
|---------------------------------------------|

| Atividade | Evento | Início | Término |
|-----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Eventos Regionais | Operação Eleições 2012 (ações de combate aos crimes eleitorais e preservação da ordem público no período eleitoral. | 04/10/12 | 09/10/12 |
| Operações Temáticas | IV OTTCO: IV Operação Temática de Termo Circunstanciado de Ocorrência: Operação para instalação dos procedimentos de elaboração de Termos Circunstanciados de Ocorrência. | 17/12/12 | 20/12/12 |
| | OTEVEIC VII: Sétima Operação Temática de Combate a Fraudes Veiculares - ação de combate as fraudes veiculares com apoio de DETRAN/RR, PMRR e PCRR. | 19/10/12 | 21/10/12 |
| Ações conjuntas com outros Órgãos | Operação de Fiscalização de Peso I – Operação de fiscalização de peso com acompanhamento do TCU. | 19/10/12 | 21/10/12 |
| | Operação em Apoio a FUNAI: Operação de combate à criminalidade nas comunidades indígenas em apoio à FUNAI. | 09/11/12 | 13/11/12 |
| | Operação em Apoio a SODIUR: Operação de combate à criminalidade nas comunidades indígenas em apoio à SODIUR. | 14/11/12 | 17/11/12 |
| | Operação de Fiscalização de Peso em Apoio a SEFAZ/RR: Operação de fiscalização de excesso de peso em apoio a SEFAZ/RR. | 21/11/12 | 12/12/12 |
| | Operação Ágata: Operação em apoio ao Exército Brasileiro para fiscalização das Rodovias Federais no Estado de Roraima. | 02/05/12 | 09/05/12 |
| | Operação Rodovida - Realizar operações integradas e simultâneas com outras agências de fiscalização, integrando ações de segurança de trânsito nos trechos rodoviários federal, estadual e municipal. | 15/12/12 24/12/12 | 16/12/12 31/12/12 |
| | Operação Ambiente Sustentável: Operação de combate a crimes ambientais em apoio ao IBAMA. | 02/06/12 01/07/12 01/08/12 | 08/06/12 07/07/12 07/08/12 |
| Eventos específicos de combate ao crime | Operação Sentinela – o 5º DRPRF/RR passa a integrar o grupo das Regionais do DPRF que concentra esforços no combate à criminalidade na região de fronteira do Brasil. A Operação busca a integração e o aperfeiçoamento da atuação de diversos órgãos da segurança pública. | 25/01/12 | 29/11/12 |

Fonte: SCDP e NPF.

3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A extrema carência de efetivo desta Unidade, a exemplo do que vem ocorrendo em anos anteriores, continua a ser a maior dificuldade para o nível desejado de atuação da PRF no estado de Roraima. Todavia, tal carência, resolvida em parte com a chegada de novos policiais no final do segundo semestre, não se transforma em obstáculo para que busquemos sempre fazer o máximo possível, pautados pela economicidade, legalidade e interesse público, buscando nas parcerias, na criatividade e no engajamento do corpo funcional a superação de tais dificuldades.

A carência de efetivo impossibilita a presença da PRF de forma ostensiva ao longo de nossa extensa malha viária, o que contribuiu diretamente para a ocorrência de acidentes em extensos trechos de rodovias e até mesmo de rodovias por inteiro.

O 5º DRPRF/RR tem como área de circunscrição 1.942 (um mil, novecentos e quarenta e dois) quilômetros de rodovias e estradas federais, distribuídos em 6 (seis) BRs: 174, 210, 401, 431, 432 e 433. Nesta área estão inseridas duas fronteiras internacionais: República Bolivariana da Venezuela ao norte (BR 174) e República Cooperativista da Guiana ao leste (BR 401); além da divisa com o Estado do Pará ao sudeste e ao sul com o Estado do Amazonas (BR 174), principal corredor de transporte de cargas e passageiros.

A região fronteira de Roraima apresenta grande fluxo de veículos e pessoas, devido à busca dos brasileiros por negócios e principalmente por lazer nos países vizinhos.

Este Distrito dispõe de apenas uma Unidade Operacional em condição de uso. O governo estadual, através de sua secretaria fazendária, disponibiliza parte de suas instalações, que estão

localizadas as margens de nossas rodovias, para que possamos atuar em conjunto na repressão/prevenção dos mais diversos ilícitos; no entanto, diante do grande número de atribuições, a PRF se faz presente de forma esporádica, através de operações. Encerramos o ano de 2012 com 45 servidores, dos quais 30 desempenhando a atividade fim.

Uma das soluções para fazer frente à carência de efetivo são as ações desenvolvidas de forma integrada com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença ostensiva de viaturas na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade no posto e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias, bem como a intensificação na fiscalização de embriaguês na condução de veículos. Com o mesmo objetivo, o DPRF orienta para que haja a participação dos policiais que desempenham atividade meio nos comandos específicos e nos comandos que são realizados quando o volume de tráfego de nossas rodovias se eleva, como por exemplo, em decorrência de datas festivas.

A PRF se faz presente nas rodovias todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, quando são realizados comandos específicos, inclusive nos demais municípios do Estado onde existam rodovias federais. Desta forma, considerando que os servidores da Unidade estão lotados no município de Boa Vista, faz-se necessário a execução de despesas com diárias nos finais de semanas e feriados para a realização dos referidos comandos. Outro fato que implica o pagamento de diárias nos finais de semana é a própria natureza da atividade policial, onde, invariavelmente, ocorre a convocação fora da programação, para que se possa atender eventos que não são possíveis de prever e que demandem um maior número de policiais na sua solução.

A extrema carência de servidores nesta Unidade tem reflexos, também, no desenvolvimento de suas atividades administrativas, ocupando todos os servidores com diversas atribuições e obrigando a busca pela participação de servidores lotados na atividade fim em atividades administrativas, como por exemplo, participação em comissões e a atribuição do encargo de fiscal de contrato.

3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

As metas e prioridades relativas à atividade operacional do 5º DRPRF/RR, através do NPF, consideraram além das premissas institucionais do DPRF para o exercício 2012, como o estipulado em IS da CGO, a política nacional de enfrentamento aos crimes mais praticados e ao reforço da segurança nas fronteiras do território brasileiro.

As premissas do DPRF estiveram especificadas na normativa acima elencada, e referiram-se à Missão, Visão e Valores do DPRF, a serem observados ao longo do desempenho das atividades inerentes. Tais premissas são as seguintes:

Missão

Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União.

Visão

Ser a Polícia Ostensiva Federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de políticas públicas de segurança e cidadania.

Valores

Profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade social.

Os objetivos traçados para o exercício de 2012, no cunho operacional, no âmbito desta UJ, tiveram como premissa a busca pelo alcance das metas estabelecidas para a Regional, com foco precípua na prevenção de acidentes e no combate à criminalidade, visando a redução das taxas de

acidentes e mortalidade no trânsito, e o aumento da percepção de segurança nas estradas e rodovias federais do Estado de Roraima, principalmente em regiões mais distantes da capital Boa Vista, sempre, contudo, estando restrito às nossas persistentes limitações de policiamento, sobretudo em virtude do diminuto efetivo policial existente.

Com esse foco, buscou-se a melhora da capacitação do efetivo policial, tanto no que se refere ao conhecimento da legislação de fiscalização rodoviária, como quanto ao enfrentamento de delitos na área de atuação da PRF, para um consequente aprimoramento na lida com todos os usuários das rodovias e estradas federais.

As ações foram subdivididas conforme segue:

a) Fiscalizações de rotina:

Operacionalizadas pelos policiais escalados para o serviço operacional ordinário, sem apoio de efetivo extra, divididas em rondas e fiscalizações estáticas, realizadas diariamente; sendo as fiscalizações estáticas visando prioritariamente as condições veiculares, e as rondas nos horários de maior circulação rodoviária nos três turnos, visando prioritariamente coibir as infrações de circulação e conduta, além de repressão ao crime.

O trabalho diário tem como foco o fator da segurança de trânsito e o combate aos ilícitos, por meio de abordagens a pessoas e veículos, permeadas de tratamento cortês, postura e apresentação individual adequada, clareza e firmeza nas orientações e pelos preceitos éticos do Serviço Público.

b) Fiscalizações específicas:

São ações que objetivam uma atuação mais precisa e voltada para um determinado fim. Dentre essas, alguns exemplos podem ser citados como.

Fiscalização de Alcoolemia – São realizadas de forma sistemática, através de exames com etilômetros nos condutores envolvidos em acidentes e em todos condutores suspeitos de estarem sob efeito de álcool, além dos que se apresentam em pontos próximos a locais de eventos propícios ao consumo de bebidas alcoólicas. Essa ação busca inibir o consumo de álcool e posterior condução de veículos por cidadãos que estariam em condição irregular nas vias de tráfego.

Fiscalizações de transporte de cargas – Buscam atingir o maior espaço possível de malha viária, através de ações destinadas à fiscalização do transporte rodoviário de carga, com o objetivo de coibir a entrada de mercadorias, bens, produtos animais e florestais irregulares, ilícitos, excesso de peso, bem como cobrar efetivamente o cumprimento à legislação de produtos perigosos, adequando essas movimentações ao contido na legislação da ANTT e no Convênio nº 4/2006.

c) Operações e Comandos:

As Operações, atividades diferenciadas, planejadas pela DG do DPRF, através da CGO ou do 5º DRPRF/RR, podem ser dos seguintes tipos: Operações Especiais, Eventuais, Integradas de Segurança Pública, Conjunta com outro Órgão, Nacional, de Férias e Feriados Nacionais, estas duas últimas obedecendo ao cronograma estipulado em Ordem de Serviço pela CGO, referente ao Planejamento Operacional 2012 do DPRF.

As Operações Regionais, caracterizadas pelas festividades e eventos regionais, realizadas conforme demandas esperadas e eventualmente surgidas.

Os Comandos, atividades de fiscalização, com efetivo diferenciado, são realizados com vistas ao cumprimento das normas de trânsito e transporte, além da repressão ao crime de forma geral.

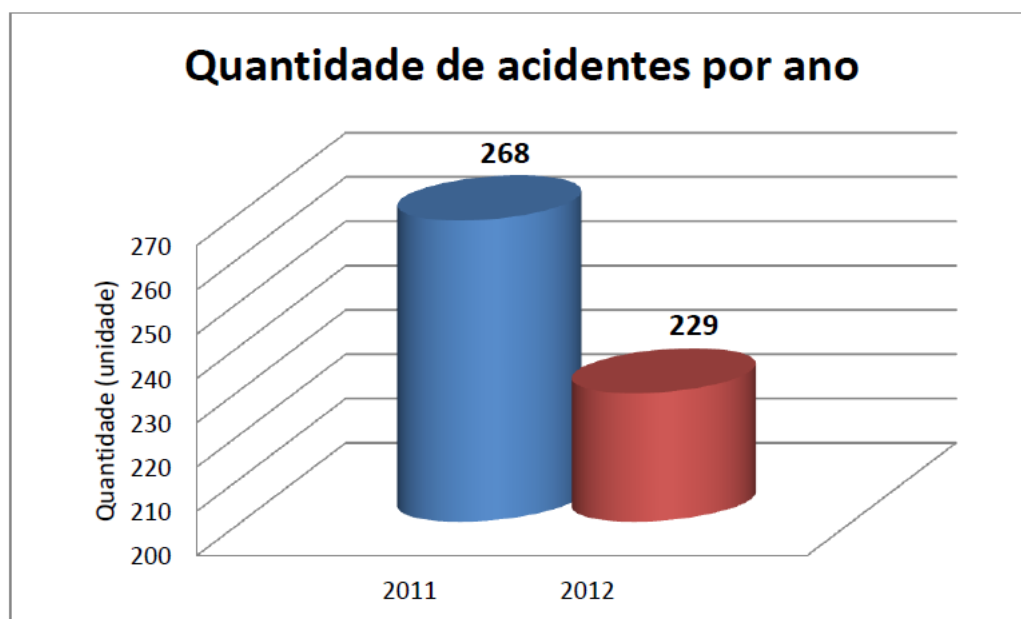
Durante as Operações Férias, Feriados Nacionais e Operações Regionais, há previsão de prioridade às atividades de fiscalização e as voltadas à prevenção de acidentes de trânsito e redução de danos, visando a normalidade do fluxo de trânsito e a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade.

Nestas fiscalizações, oportuniza-se o planejamento para a realização das operações de apoio ou em conjunto com outros órgãos.

3.4 INDICADORES

Taxa de Variação de acidentes

A seguir apresentamos gráfico comparativo dos exercícios 2011 x 2012 no que se refere ao total de acidentes registrado, cujos resultados são analisados logo adiante.



Fonte: ROD Online

É possível observar, com base no Gráfico I, que em 2012 houve uma redução de 13,81% no número total de acidentes, quando comparado ao ano de 2011.

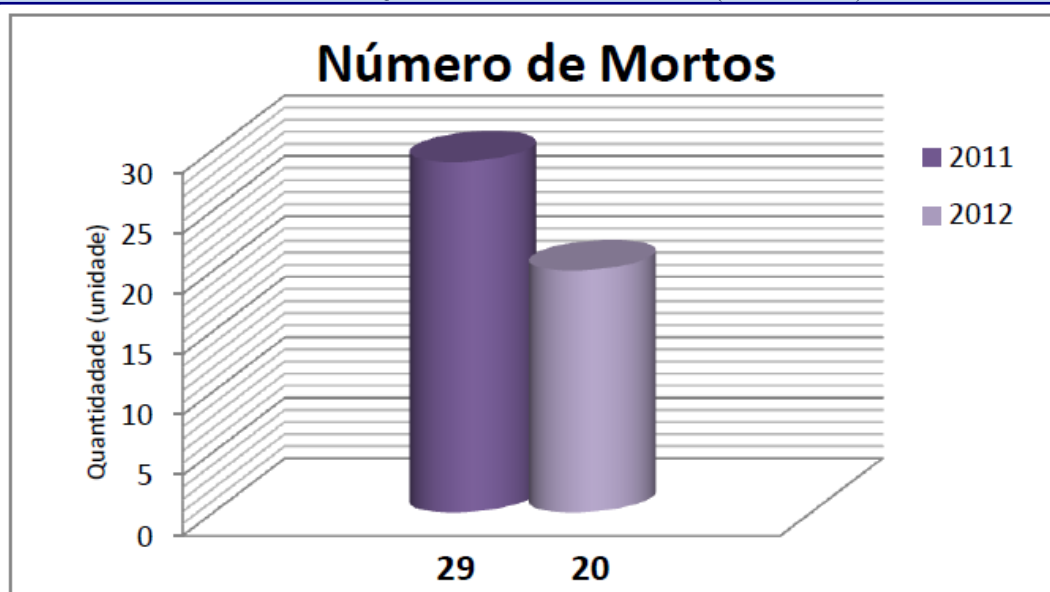
Alguns elementos relativos a essa informação podem ajudar a esclarecê-la, como: apesar do crescimento constante da frota de veículos automotores do Estado de Roraima, a busca da PRF neste Estado tem sido por, sempre que possível, atender cada vez mais os usuários envolvidos em ocorrências de acidentes, além do aprimoramento dos registros e comparecimento aos locais de acidentes.

Por se tratar de um índice importante para o entendimento do trânsito como um todo nas rodovias e estradas federais em Roraima, é um fator que deve ser levado em consideração e cada vez mais combatido com a intensificação da fiscalização ao longo do trecho. Nesse sentido, várias foram as ações executadas no ano de 2012, buscando a conscientização, prevenção e repressão, no que couber, dos condutores e da população roraimense.

Taxa de Mortalidade

De acordo com o gráfico abaixo, pode-se ter uma noção dos números absolutos de mortes no trânsito das rodovias e estradas federais em Roraima, comparando-se 2011 e 2012.

GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE MORTOS (2011 x 2012)



Fonte: ROD Online

Conforme o gráfico acima, obteve-se uma redução de cerca de 31,04% no número total de vítimas fatais em 2012, comparativamente ao exercício 2011. Ainda corroborando com a redução no número de acidentes e de feridos, este indicador é possivelmente o mais importante, haja vista que além da busca pela redução de acidentes no trânsito, atinge-se o objetivo principal das políticas públicas que é a redução do número de vidas perdidas, em específico, no trânsito.

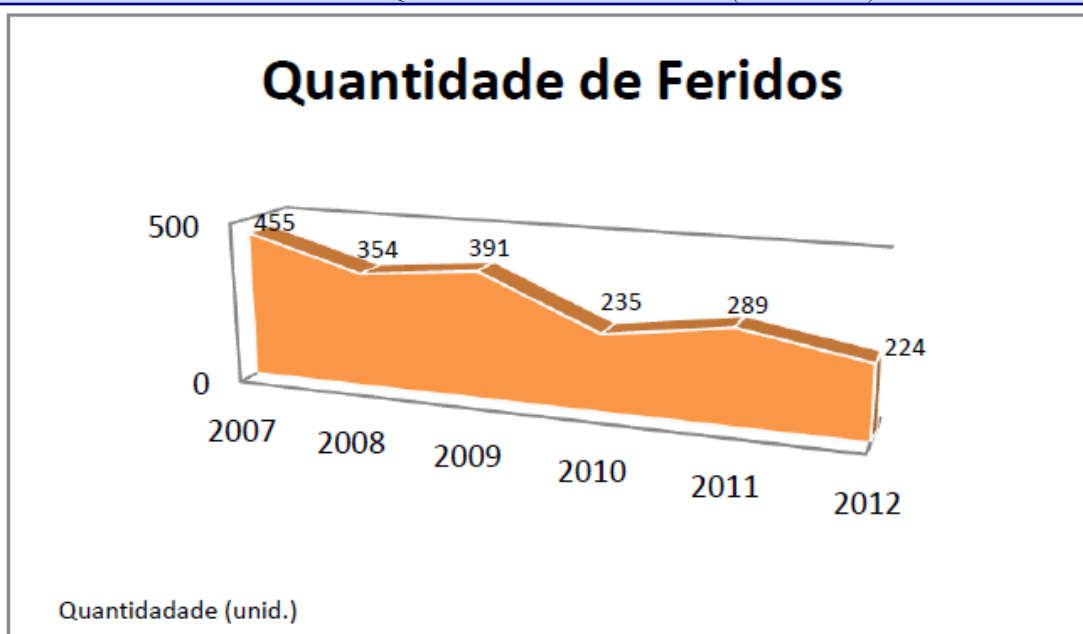
Esse indicador, proporcionalmente, nos leva a um índice de pouco menos de 2 vítimas fatais por mês no ano de 2012. Evidentemente, é atribuição do 5º DRPRF/RR trabalhar para que ele seja diminuído, tendendo ao Zero.

Ademais das limitações da PRF no estado de Roraima, onde se encaixam o baixo efetivo, a extensa malha rodoviária, o que nos leva a ter como única área efetivamente policiada de forma preventiva o entorno da capital Boa Vista; devemos crer que a manutenção das atividades de fiscalização ostensiva combinada com outras ações já elencadas contribuirão para uma redução contínua nos índices de mortalidade.

Feridos em Acidentes

De forma complementar, analisamos a seguir os dados referentes ao número de feridos, decorrentes destes acidentes.

GRÁFICO 3 – QUANTIDADE DE FERIDOS (2007 - 2012)



Fonte: SIGER

O que de mais importante deve ser apontado é a tendência de baixa no número total de feridos. Uma vez que em 2012 tivemos uma redução de 22,5% na quantidade de feridos em relação a 2011, o que pode ser atribuído em grande parte ao aumento do efetivo no final do ano de 2012, com a chegada de vinte novos policiais, bem como o cumprimento do Cartão Programa, que de forma estratégica aplica os recursos materiais e humanos através de levantamento de dados estatísticos, em locais e horários que façam estes números serem reduzidos.

Alguns fatores podem ser elencados na tentativa de entender esse número, quais sejam: o aumento constante da frota de veículos, no Estado de Roraima; a melhoria das condições das rodovias e estradas de um modo geral; e o já citado aprimoramento nos registros de acidentes, que acarreta por vezes, um número mais elevado de ocorrências.

Percepção de Segurança

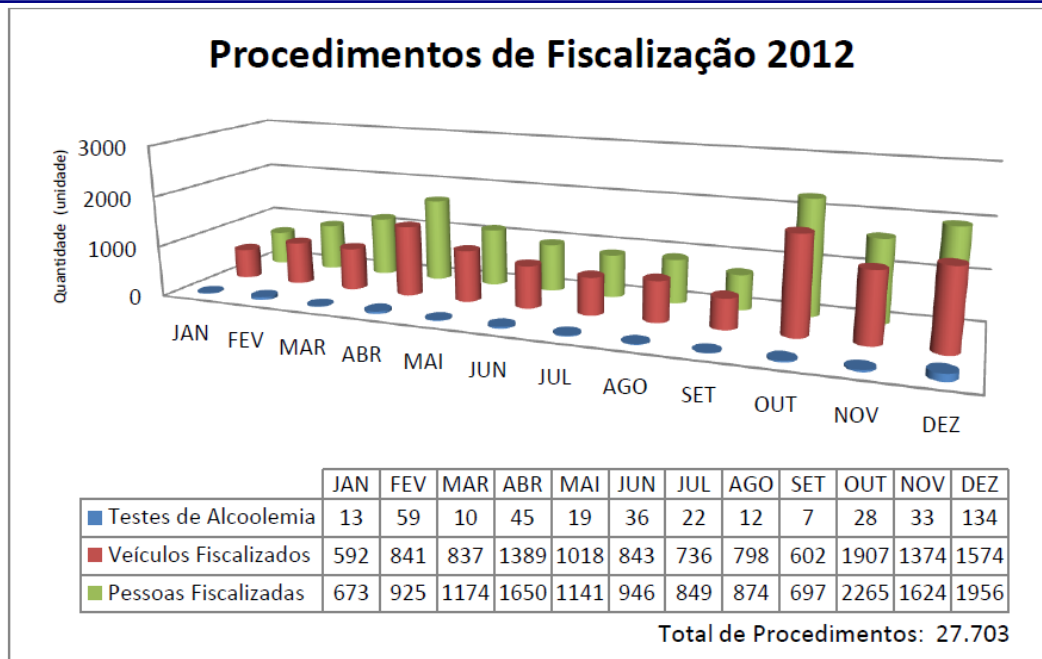
Ainda no exercício de 2012, não foi possível a esta Regional o registro de dados quanto ao indicador Percepção de Segurança, visto que não houve condição de se operacionalizar a pesquisa respectiva, em virtude da insuficiência de efetivo administrativo capacitado para tal mister no âmbito do NPF.

Ressaltando ainda, todo um processo de modificações ocorrido em âmbito nacional e Regional que inviabilizaram, ainda que momentaneamente, a implementação do controle desse indicador. E já antecipando, que devido a dificuldade constatada e a potencial e necessária mudança de rumos quanto às ações do DPRF, este indicador de “Percepção de Segurança” não será utilizado para o exercício de 2012.

Procedimentos de Fiscalização

A seguir, é realizada uma breve análise dos Procedimentos de Fiscalização que se refere ao somatório dos veículos e pessoas fiscalizadas bem como da realização de testes de alcoolemia.

GRÁFICO 4 – PROCEDIMENTOS x MÊS 2012



Fonte: SISGER e ROD Online

A Regional, no exercício 2012, trabalhou com uma meta estipulada de 27.943 (vinte e sete mil novecentos e quarenta e três) procedimentos de fiscalização. Como podemos observar no quadro acima, o 5º DRPRF/RR realizou um total de 27.703 (vinte e sete mil setecentos e três) procedimentos, o que equivale a aproximadamente 99,14% da meta definida.

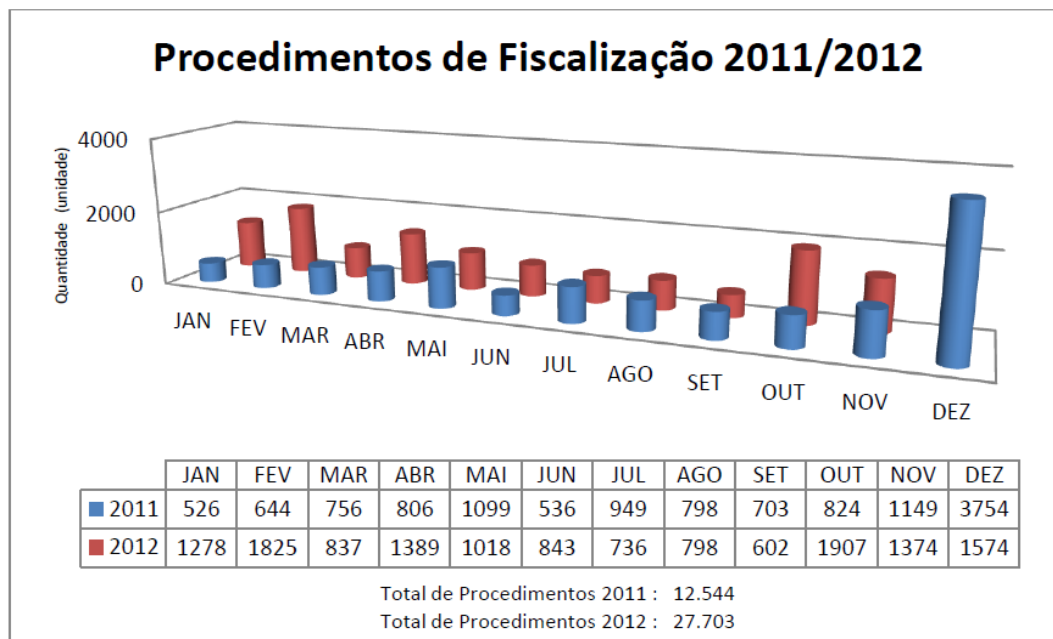
Conforme já descrito anteriormente, o cenário de mudanças no âmbito do DPRF implicou em algumas transições que acabaram por acarretar perdas de informações sobre o trabalho efetivamente prestado.

Com base no quadro e gráfico acima apresentados, é possível constatar uma queda acentuada no total de procedimentos contabilizados já no mês de junho, onde em virtude da publicação da Portaria nº 45/2011 da Direção Geral do DPRF, a forma de obtenção de tais dados foi modificada. Tal portaria implementou o SID (Sistema de Indicador de Desempenho) que a partir de agosto de 2012 deveria consolidar as informações referentes aos procedimentos de fiscalização.

A implantação de novas metodologias e dependência de sistemas informatizados levou a uma significativa perdas de informações relativas ao total de procedimentos de abordagens, que no 5º DRPRF/RR só voltou a se estabilizar por volta de novembro de 2012.

O número elevado de procedimentos no mês de dezembro de 2012 é resultado de um trabalho conjunto entre a PRF e os órgãos da Segurança Pública do Estado de Roraima, que em datas específicas realizaram operações no perímetro urbano da capital Boa Vista visando coibir as infrações mais comuns encontradas no cotidiano do trânsito roraimense.

GRÁFICO 5 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO (2011 x 2012)



Fonte: SISGER e ROD Online

Na análise do quantitativo de procedimentos em 2012, nota-se um acréscimo de 120,84% em relação ao ano anterior.

Atividades Operacionais

Os feriados prolongados são conhecidos em todo o país por períodos de intensa atenção nas rodovias e estradas federais. Isso ocasionado justamente pela previsão do aumento de fluxo de veículos e mesmo pessoas ao longo dos trechos alcançados pela malha viária.

No Estado de Roraima, mesmo com a pequenez dos números ante os grandes centros urbanos nacionais, a PRF não poderia ficar inerte a estas movimentações, que implicam potencialmente num aumento de ocorrências de acidentes e ilícitos. O que torna imprescindível a intervenção de forma eficaz, com fito a reduzir esta potencialidade de danos às pessoas que utilizam as rodovias.

Deste modo, as Operações Nacionais, implicaram em resultados positivos, considerando o baixo número de acidentes, feridos e de vítimas fatais nestes períodos, fruto da intervenção e intensificação da fiscalização a veículos e pessoas, com ênfase na fiscalização de alcoolemia e priorização das rondas ostensivas em trecho considerados críticos. Sendo estes procedimentos vistos como alguns dos fatores que contribuíram, sensivelmente para a manutenção de números reduzidos de acidentes em todo o trecho sob circunscrição do 5º DRPRF/RR.

Estes números só foram possível graças ao esforço operacional concentrado, quando do emprego de reforço da atividade de policiamento, com o efetivo policial deslocado da atividade meio para a atividade fim, além das operações específicas realizadas concomitantemente a eventual convocação extra daqueles servidores policiais que já desempenham diuturnamente as ações de fiscalização, sob regime de revezamento. Ações estas com devido acompanhamento gerencial.

Nas atividades de policiamento ostensivo se buscou aumentar o número de veículos e pessoas fiscalizadas, com adequações de escalas de serviço e, eventualmente, com reforço operacional de regionais distintas, além das operações específicas, de forma a proporcionar o consequente aumento da sensação de segurança dos usuários das rodovias e estradas federais no Estado de Roraima.

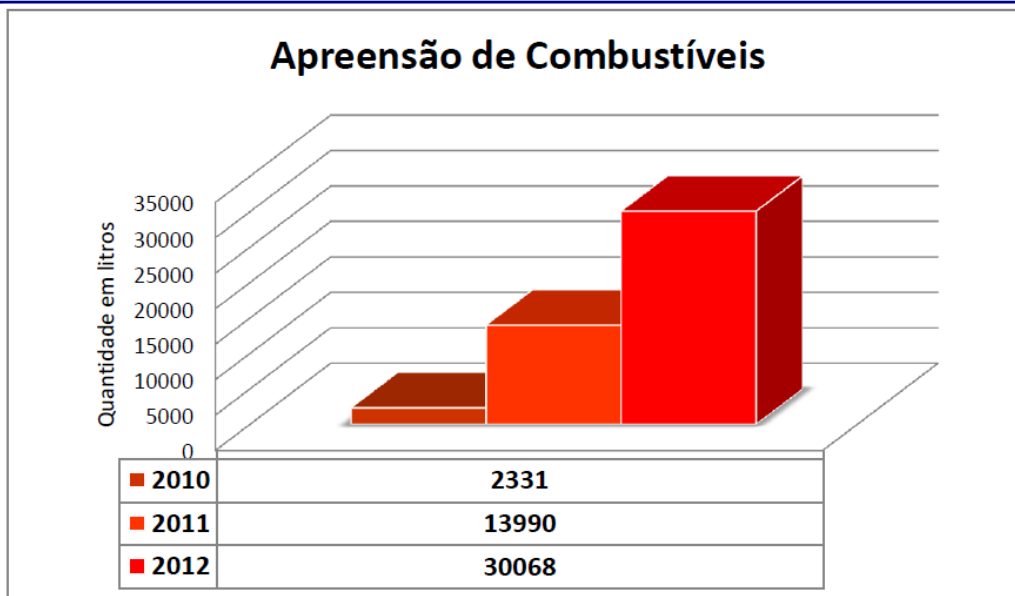
Foram efetivadas ações repressivas acerca de crimes ambientais, típicos na região, ao trânsito de pessoas com mandados de prisão em aberto e aquelas que se deslocam de outros estados para a prática de ações criminosas, ao combate ao tráfico de entorpecentes, ao porte ilegal de armas, aos crimes contra crianças e adolescentes, aos crimes fronteiriços, entre outros.

Todas as operações executadas no exercício 2012 já foram discriminadas em quadros anteriores.

Dados Operacionais Diversos

Em 2012 esta Regional primou pela superação dos resultados operacionais em todas suas vertentes. As ações desempenhadas demonstram o foco à proteção da vida, por meio de fiscalizações rotineiras, de ações e fiscalizações específicas, sobretudo àquelas voltadas ao combate da criminalidade; que resultaram além das ações de intervenção administrativa, em apreensões de produtos de origem ilícita e detenções de pessoas por delitos diversos.

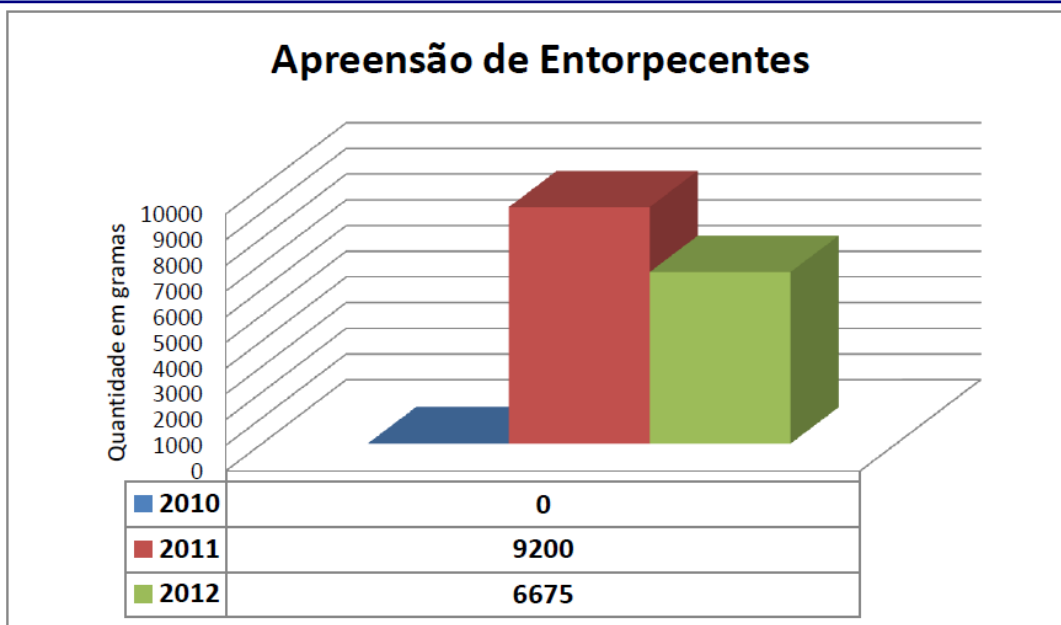
GRÁFICO 6 – APREENSÃO DE COMBUSTÍVEIS



Fonte: ROD online

Observamos um aumento nas ocorrências envolvendo contrabando/descaminho, principalmente contrabando de combustível (gasolina venezuelana), devido a Operação Sentinela que se desenvolveu ao longo de praticamente todo o ano de 2012, tornando possível, apesar do reduzido efetivo, a fiscalização das fronteiras do estado. Em relação ao combustível houve um incremento de 114,93% em relação a 2011.

GRÁFICO 7 – APREENSÃO DE ENTORPECENTES



Fonte: ROD online

Alguns números que podem ser extraídos da comparação entre 2011 e 2012, apesar da redução da quantidade total de entorpecentes apreendidos, os resultados devem ser positivamente analisados, pois refletem, na sociedade, a atuação da PRF através de comandos e operações, como

por exemplo a já citada Operação Sentinela, que trabalhou constantemente na prevenção e repressão ao tráfico de drogas no Estado.

Relativamente à fiscalização de trânsito, ainda que com uma redução no número de autuações (-51%) e outros números que apontam para esse tipo de atividade (CNHs recolhidas -57% e CRLVs recolhidos -54%), podemos verificar que o número não acompanhou a redução no número de veículos fiscalizados (cerca de 16%). De onde podemos extrair duas prováveis causas/consequências a serem analisadas:

1) as constantes fiscalizações e a atuação mais incisiva por parte dos órgãos de trânsito e segurança pública, tem gerado um efeito positivo e boa parcela da população que trafega nas vias de trânsito está passando a seguir a legislação em vigor;

2) há que se considerar que com a atual gama de sistemas de comunicação, internet, redes sociais, as fiscalizações tem por vezes, sido ineficientes haja vista a contra informação que alerta aos ‘maus’ condutores sobre locais e horários dos eventos de fiscalização.

Evidentemente, e apesar de qualquer que seja a real explicação, é dever do 5º DRPRF/RR continuar trabalhando para a obtenção de números mais próximos possíveis do ideal – quer seja definido pelo DPRF ou mesmo por outros órgãos que possuam tal poder.

Extras

QUADRO 9 – QUANTITATIVO DE PROCEDIMENTOS POR TIPO 2012

| Mês | Testes de Alcoolemia | Veículos Fiscalizados | Pessoas Fiscalizadas | Total Mensal Procedimentos |
|----------------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------------|
| JAN | 13 | 592 | 673 | 1278 |
| FEV | 59 | 841 | 925 | 1825 |
| MAR | 10 | 837 | 1174 | 2021 |
| ABR | 45 | 1389 | 1650 | 3084 |
| MAI | 19 | 1018 | 1141 | 2178 |
| JUN | 36 | 843 | 946 | 1825 |
| JUL | 22 | 736 | 849 | 1607 |
| AGO | 12 | 798 | 874 | 1684 |
| SET | 7 | 602 | 697 | 1306 |
| OUT | 28 | 1907 | 2265 | 4200 |
| NOV | 33 | 1374 | 1624 | 3031 |
| DEZ | 134 | 1574 | 1956 | 3664 |
| Total Procedimentos Anual | 418 | 12511 | 14774 | 27703 |

Fonte: SISGER

QUADRO 10 – QUANTITATIVO DE PROCEDIMENTOS POR TIPO 2012

| Mês | Testes de Alcoolemia | Veículos Fiscalizados | Pessoas Fiscalizadas | Total Mensal Procedimentos |
|----------------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------------|
| JAN | 00 | 526 | 00 | 526 |
| FEV | 00 | 644 | 00 | 644 |
| MAR | 00 | 756 | 00 | 756 |
| ABR | 00 | 806 | 00 | 806 |
| MAI | 00 | 1099 | 00 | 1099 |
| JUN | 00 | 536 | 00 | 536 |
| JUL | 00 | 949 | 00 | 949 |
| AGO | 00 | 798 | 00 | 798 |
| SET | 00 | 703 | 00 | 703 |
| OUT | 01 | 787 | 36 | 824 |
| NOV | 22 | 624 | 503 | 1149 |
| DEZ | 71 | 2031 | 1652 | 3754 |
| Total Procedimentos Anual | 94 | 10259 | 2191 | 12544 |

Fonte: SISGER

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Este item equivale ao item 3.1 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, e, como determina o item b) do Quadro A1 do mesmo Anexo, não deve ser apresentado no Relatório de Gestão do 5º DRPRF/RR.

4.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO 11 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

| ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS | VALORES | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Ambiente de Controle | | | | | |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | x | |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | | x | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | x | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | x |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | | x |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | | x | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | | x |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. | | | | x | |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | x | |
| Avaliação de Risco | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | x | |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | x | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | | x | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | x | | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | | x | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | x | | |
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | x | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | x |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | x | |
| Procedimentos de Controle | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | x | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | x | | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | x | | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. | | | | x | |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | x | |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | x | |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | x | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | x | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | x | |
| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

| | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|--|----------|----------|
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | | | x | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | | x | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | | | x |
| Análise Crítica: No âmbito desta UJ não existe unidade de controle interno. As respostas consideram apenas os procedimentos internos da UJ. | | | | | | |
| Escala de valores da Avaliação: | | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. | | | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. | | | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. | | | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. | | | | | | |
| (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ. | | | | | | |

4.2.2 Análise Crítica

No âmbito do 5º DRPRF/RR não existe unidade de controle interno. As respostas consideram apenas os nossos procedimentos internos.

4.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

O Sistema de Correição do 5º DRPRF/RR tem sua base no próprio Sistema Correicional do DPRF/MJ, conforme disposto no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007.

A Corregedoria Geral do DPRF, instituída no art. 2º do Regimento Interno do DPRF/MJ, é composta das seguintes divisões: Divisão de Corregedoria – DICOR, Divisão de Fiscalização de Assuntos Internos – DFAI e Divisão de Gestão Correicional – DIGES.

No âmbito desta UJ, considerando que a mesma é um Distrito de Polícia Rodoviária Federal, não sendo composto por Seção, mas por Núcleo, ao invés da Corregedoria Regional, própria da Superintendência de PRF, há o Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos – NCAI, consoante art. 2º, II, item 2.4 do Regimento Interno do DPRF/MJ. As atribuições do NCAI estão previstas no art. 100 do Regimento Interno do DPRF, já transcrito.

Para a consecução de suas atribuições, o NCAI tem como norma principal a Lei nº 8.112/1990, em especial o art. 143 e ss. e a Lei nº 9.784/1999, sem olvidar as normas da Constituição da República Federativa do Brasil que permeiam todo o ordenamento jurídico pátrio.

Igualmente, no âmbito do 5º DRPRF/RR, outras normas são utilizadas, quais sejam: a Portaria nº 848, de 1º de junho de 2006, e Portaria nº 1.516, de 14 de setembro de 2006, ambas do Ministro da Justiça, que aprova o Código de Ética dos Agentes Públicos do Ministério da Justiça, norma complementar ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e ao Código de Conduta da Alta Administração Federal. Ainda, no âmbito interno do DPRF, há a Portaria nº 44, de 13 de junho de 2011, da DG/DPRF, que institui a Comissão Nacional de Ética do DPRF. Por fim, outra norma regulamentadora do Sistema Correicional no âmbito do DPRF e por conseguinte do próprio 5º DRPRF/RR, é a Portaria nº 335 – CGU, de 30 de maio de 2006, que regulamenta o disposto no Decreto nº 5.480/2005, no que dispõe à área correicional.

Ademais, no âmbito do DPRF/MJ existem normas infralegais que regulamentam a atividade correicional, visando otimizar e aperfeiçoar o controle interno da UJ. Em apertada síntese são elas: Instrução Normativa nº 1/2010 da Corregedoria-Geral do DPRF que estabelece diretrizes e normas referentes à instrução de procedimentos disciplinares e demais atividades correicionais no âmbito do DPRF; Instrução Normativa nº 2/2011 da Corregedoria-Geral do DPRF que regulamenta as ações de corregedoria preventiva relacionadas ao Acompanhamento Gerencial do Serviço (AGS), ao Compromisso de Adequação Funcional (CAF) e ao Estímulo à Boa Conduta (EBC), no âmbito do DPRF.

No curso do exercício de 2012 foram realizadas várias ações de corregedoria preventiva, seja pelo NCAI, com a realização de Inspeções Correicionais, resultando na lavratura do respectivo Relatório de Inspeção Correicional, seja pela chefia imediata dos servidores da UJ, por meio de AGS, consubstanciado no Relatório de Acompanhamento Gerencial – RAG, conforme quadro, abaixo, extraído do Relatório Correicional de 2012.

QUADRO 12 – AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO GERENCIAL DO SERVIÇO

| 5° DR/RR | JAN/12 | FEV/12 | MAR/12 | ABR/12 | MAI/12 | JUN/12 | JUL/12 | AGO/12 | SET/12 | OUT/12 | NOV/12 | DEZ/12 | Total |
|----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| RIC | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 7 | 14 |
| RAG | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Total | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 8 | 15 |

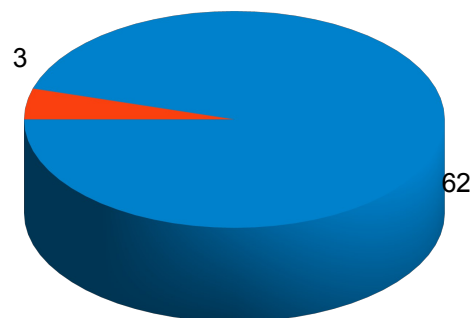
| Unidade | AGS Servidores Auditados | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| 5° DR/RR | JAN/12 | FEV/12 | MAR/12 | ABR/12 | MAI/12 | JUN/12 | JUL/12 | AGO/12 | SET/12 | OUT/12 | NOV/12 | DEZ/12 | Total |
| Servidores Auditados RIC | 0 | 10 | 0 | 16 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 30 | 65 |
| Servidores Auditados RAG | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 10 | 0 | 16 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 30 | 65 |

| Unidade | Total de Servidores na Regional | | | | | | | | | | | | |
|----------|---------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------------|
| 5° DR/RR | JAN/11 | FEV/11 | MAR/11 | ABR/11 | MAI/11 | JUN/11 | JUL/11 | AGO/11 | SET/11 | OUT/11 | NOV/11 | DEZ/11 | Média Anual |

Fonte: Relatório Correicional de 2012

GRÁFICO 8 – QUANTIDADE DE SERVIDORES AUDITADOS

- Servidores auditados pela Corregedoria - RIC
- Servidores auditados pela Chefia imediata - RAG



Fonte: Relatório Correicional de 2012

QUADRO 13 – ANÁLISE DOS MACRO-OBTIVOS DA CORREGEDORIA REGIONAL

Compilação das propostas de metas estabelecidas pelas Unidades Regionais 2012

Macro-objetivo 1: Reduzir a quantidade de denúncias

| | Quantidade de denúncias Autuadas em 2011* | Meta proposta pela CR | Quantidade absoluta a ser reduzida |
|-----------|-------------------------------------------|-----------------------|------------------------------------|
| 1ª SR/GO | 26 | -10,00% | -3 |
| 2ª SR/MT | 54 | -20,00% | -11 |
| 3ª SR/MS | 66 | -5,00% | -4 |
| 4ª SR/MG | 179 | -10,00% | -18 |
| 5ª SR/RJ | 81 | -10,00% | -9 |
| 6ª SR/SP | 55 | -10,00% | -6 |
| 7ª SR/PR | 45 | -5,00% | -3 |
| 8ª SR/SC | 59 | -20,00% | -12 |
| 9ª SR/RS | 113 | -5,00% | -6 |
| 10ª SR/BA | 96 | -15,00% | -15 |
| 11ª SR/PE | 62 | -20,00% | -13 |
| 12ª SR/ES | 39 | -20,00% | -8 |
| 13ª SR/AL | 31 | -20,00% | -7 |
| 14ª SR/PB | 40 | -10,00% | -4 |
| 15ª SR/RN | 51 | -10,00% | -6 |
| 16ª SR/CE | 84 | -30,00% | -26 |
| 17ª SR/PI | 28 | -20,00% | -6 |
| 18ª SR/MA | 24 | -10,00% | -3 |
| 19ª SR/PA | 61 | -20,00% | -13 |
| 20ª SR/SE | 13 | -25,00% | -4 |
| 21ª SR/RO | 27 | -15,00% | -5 |
| 1º DR/DF | 55 | 10,00% | 6 |
| 2º DR/TO | 8 | -25,00% | -2 |
| 3º DR/AM | 3 | -20,00% | -1 |
| 4º DR/AP | 2 | -15,00% | -1 |
| 5º DR/RR | 10 | -20,00% | -2 |
| Total | 1312 | -14% | -182 |
| SEDE | 0 | | 0 |
| Total | 1312 | -14% | -182 |

Macro-objetivo 2: Reduzir a quantidade de processos

| | Quantidade de processos pendentes em 2011* | Meta proposta pela CR | Quantidade absoluta a ser reduzida |
|-----------|--------------------------------------------|-----------------------|------------------------------------|
| 1ª SR/GO | 12 | -10,00% | -2 |
| 2ª SR/MT | 54 | -30,00% | -17 |
| 3ª SR/MS | 16 | -5,00% | -1 |
| 4ª SR/MG | 140 | -15,00% | -21 |
| 5ª SR/RJ | 272 | -20,00% | -55 |
| 6ª SR/SP | 145 | -10,00% | -15 |
| 7ª SR/PR | 57 | -10,00% | -6 |
| 8ª SR/SC | 104 | -30,00% | -32 |
| 9ª SR/RS | 99 | -20,00% | -20 |
| 10ª SR/BA | 36 | -9,00% | -4 |
| 11ª SR/PE | 101 | -30,00% | -31 |
| 12ª SR/ES | 31 | -30,00% | -10 |
| 13ª SR/AL | 36 | -30,00% | -11 |
| 14ª SR/PB | 22 | -40,00% | -9 |
| 15ª SR/RN | 42 | -15,00% | -7 |
| 16ª SR/CE | 88 | -30,00% | -27 |
| 17ª SR/PI | 17 | -30,00% | -6 |
| 18ª SR/MA | 67 | -30,00% | -21 |
| 19ª SR/PA | 33 | -30,00% | -10 |
| 20ª SR/SE | 12 | -20,00% | -3 |
| 21ª SR/RO | 12 | -30,00% | -4 |
| 1º DR/DF | 12 | -10,00% | -2 |
| 2º DR/TO | 10 | -40,00% | -4 |
| 3º DR/AM | 6 | -30,00% | -2 |
| 4º DR/AP | 1 | -35,00% | -1 |
| 5º DR/RR | 8 | -15,00% | -2 |
| Total | 1433 | -23% | -323 |
| SEDE | 0 | | 0 |
| Total | 1433 | -23% | -323 |

Macro-objetivo 1

Meta do Macro-objetivo 1: **Reduzir o número de ocorrências geradoras de ações de correção (quantificadas pelo número de entrada de procedimentos autuados de natureza correicional envolvendo servidores do DPRF) em, no mínimo, 14% até o final de 2012.**

| Unidade | Denúncias Autuadas em 2011 Acumuladas Mensalmente | | | | | | | | | | | |
|-------------------|---------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | JAN/11 | FEV/11 | MAR/11 | ABR/11 | MAI/11 | JUN/11 | JUL/11 | AGO/11 | SET/11 | OUT/11 | NOV/11 | DEZ/11 |
| 5° DR/RR | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 8 | 9 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Números absolutos | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |

| |
|--------------------|
| Varição |
| 2011 – 2012 |
| -40,00% |

| Unidade | Denúncias Autuadas em 2012 Acumuladas Mensalmente | | | | | | | | | | | |
|-------------------|---------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | JAN/12 | FEV/12 | MAR/12 | ABR/12 | MAI/12 | JUN/12 | JUL/12 | AGO/12 | SET/12 | OUT/12 | NOV/12 | DEZ/12 |
| 5° DR/RR | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 4 | 4 | 4 | 6 |
| Números absolutos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 | 2 |

| |
|------------------------------------|
| Meta Individual da Regional |
| -20,00% |

| | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Varição acumulada mensalmente | -100,00% | -100,00% | -100,00% | -100,00% | -100,00% | -100,00% | -100,00% | -66,67% | -60,00% | -60,00% | -60,00% | -40,00% |
| Denúncias por servidor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,07 | 0,06 | 0,06 | 0,06 | 0,10 |

| |
|-----------------------|
| Meta Atingida? |
| SIM |

Macro-objetivo 2

| Unidade | Processamento 2012 | | | | | | | | | | | | |
|----------|--------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| | JAN/12 | FEV/12 | MAR/12 | ABR/12 | MAI/12 | JUN/12 | JUL/12 | AGO/12 | SET/12 | OUT/12 | NOV/12 | DEZ/12 | Total |
| Entradas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 | 2 | 6 |
| Saídas | 1 | 0 | 0 | 2 | 5 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 | 12 |
| Saldo | -1 | 0 | 0 | -2 | -5 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | -1 | -6 |

| Unidade | Instaurações 2012 | | | | | | | | | | | | |
|---------|-------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| | JAN/12 | FEV/12 | MAR/12 | ABR/12 | MAI/12 | JUN/12 | JUL/12 | AGO/12 | SET/12 | OUT/12 | NOV/12 | DEZ/12 | Total |
| SAI | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| SAD | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PAD | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |

Macro-objetivo 3

Meta do macro-objetivo 3: **Reduzir o número de procedimentos disciplinares pendentes nas Corregedorias em, no mínimo, 23% até o final de 2012.**

| | 31/dez/2011 | JAN/12 | FEV/12 | MAR/12 | ABR/12 | MAI/12 | JUN/12 | JUL/12 | AGO/12 | SET/12 | OUT/12 | NOV/12 | DEZ/12 |
|--------------------------------------|-------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Variação em relação ao dia 31/dez/08 | | -12,50% | -12,50% | -12,50% | -37,50% | -75,00% | -75,00% | -75,00% | -50,00% | -37,50% | -37,50% | -37,50% | -37,50% |
| 5° DR/RR | 8 | 7 | 7 | 7 | 5 | 2 | 2 | 2 | 4 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Processos por servidor | 0,17073171 | | | | | | | | | | | | |

| |
|-----------------------------|
| Variação Total |
| 31/dez/11 a 31/12/12 |
| -37,50% |
| Meta Individual da Regional |
| -15,00% |
| Meta Atingida? |
| SIM |

Verificamos que as metas para todos os 3 (três) macro objetivos foram atingidas pelo NCAI do 5° DRPRF/RR. A meta para o primeiro era reduzir em, no mínimo, 14% (quatorze por cento) o número de procedimentos autuados até o final de 2012 e o resultado obtido em relação a 2011 foi uma redução de 40% (quarenta por cento) do número de procedimentos. A meta para o segundo macro objetivo foi alcançada uma vez que o quantitativo de processos que foram instaurados (entrada) é menor que o quantitativo de processos arquivados/remetidos à outras unidades (saída). E a meta para o terceiro macro objetivo também foi alcançada, pois no início do exercício o NCAI contava com 8 (oito) processos disciplinares em curso, tendo reduzido este quantitativo para apenas 5 (cinco) ao final do exercício, levando-se em consideração a entrada e saída de procedimentos durante o ano de 2012.

4.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

A Portaria nº 1.043/2007 da CGU estabelece a obrigatoriedade do uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, onde encontra-se incluso o 5º DRPRF/RR.

Por problemas técnicos e de acesso ao Sistema CGU-PAD, os procedimentos correicionais autuados no ano de 2012 tiveram sua inclusão retardada. Todavia, após superado o óbice de acesso ao Sistema CGU-PAD, todos os procedimentos de caráter disciplinar autuados no âmbito do NCAI do 5º DRPRF-RR encontram-se inseridos e atualizados no Sistema CGU-PAD.

5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

5.1.1 *Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ*

Como o 5º DRPRF/RR apresenta Relatório de Gestão Individual, não possui responsabilidades estabelecidas no PPA ou na LOA e não é Unidade Orçamentária – UO, pela leitura da norma não deve preencher o quadro informativo relativo a este item.

5.1.2 *Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ*

Como o 5º DRPRF/RR apresenta Relatório de Gestão Individual, não possui responsabilidades estabelecidas no PPA ou na LOA e não é Unidade Orçamentária – UO, pela leitura da norma não deve preencher o quadro informativo relativo a este item.

5.1.3 *Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ*

Como o 5º DRPRF/RR apresenta Relatório de Gestão Individual, não possui responsabilidades estabelecidas no PPA ou na LOA e não é Unidade Orçamentária – UO, pela leitura da norma não deve preencher o quadro informativo relativo a este item.

5.1.4 *Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ*

Apesar de não ser o 5º DRPRF/RR responsável pela coordenação da Ação de Governo, há uma parcela de responsabilidade da Unidade Regional na execução destas Ações, sendo importante apresentar a execução da Ação que coube à Unidade. Para o 5º DRPRF/RR foram descentralizados recursos nos seguintes Programas Temáticos/Ações:

- Programa Temático 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais (Objetivo: Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito)
 - Ação 14M3: Ações de Segurança Pública, a Cargo da Polícia Rodoviária Federal, na Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável Conferência RIO+20
- Programa Temático 2070 – Segurança Pública com Cidadania (Objeto: Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório)
 - Ação 20IC: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – Enafron
 - Ação 2524: Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 - Ação 2723: Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
 - Ação 8698: Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Programa Temático 2075 – Transporte Rodoviário (Objeto: Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por

meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.)

- Ação 2346: Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

O Quadro a seguir apresenta a Identificação e Execução Orçamentária e Financeira destas Ações no âmbito do 5º DRPRF/RR.

QUADRO 14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|----------------|-----------------|---------------|--|
| Código | | 14M3 | | | | | |
| Descrição | | AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, A CARGO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONFERÊNCIA RIO+20 | | | | | |
| Iniciativa | | Não se aplica | | | | | |
| Unidade Responsável | | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ | | | | | |
| Unidade Orçamentária | | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| 0,00 | 23.000.000,00 | 64.867,24 | 61.395,23 | 0,00 | 3.472,01 | 61.395,23 | |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Evento Apoiado | unidade | 01 | 01 | Não se aplica | 61.395,23 | |
| Identificação da Ação | | | | | | | |
| Código | | 20IC | | | | | |
| Descrição | | ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON | | | | | |
| Iniciativa | | 03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões | | | | | |
| Unidade Responsável | | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ | | | | | |
| Unidade Orçamentária | | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| 80.017.000,00 | 121.845.255,00 | 105.157,00 | 99.786,40 | 0,00 | 5.370,60 | 99.786,40 | |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Operação Apoiada | unidade | 04 | 01 | Não se aplica | 99.786,40 | |
| Identificação da Ação | | | | | | | |
| Código | | 2524 | | | | | |
| Descrição | | CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | | | | | |
| Iniciativa | | 03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União | | | | | |
| Unidade Responsável | | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ | | | | | |
| Unidade Orçamentária | | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| 4.000.000,00 | 4.800.000,00 | 135.093,93 | 130.443,89 | 0,00 | 4.650,04 | 130.443,89 | |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Servidor capacitado | unidade | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | 130.443,89 | |
| Identificação da Ação | | | | | | | |
| Código | | 2723 | | | | | |
| Descrição | | POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS | | | | | |

| | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------|----------------|-----------------|---------------|
| Iniciativa | 03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro. | | | | | |
| Unidade Responsável | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ | | | | | |
| Unidade Orçamentária | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 64.581.000,00 | 99.618.347,00 | 343.438,56 | 209.745,36 | 0,00 | 133.693,20 | 209.745,36 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Procedimento realizado | unidade | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | 209.745,36 |
| Identificação da Ação | | | | | | |
| Código | 8698 | | | | | |
| Descrição | MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | | | | | |
| Iniciativa | 03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas | | | | | |
| Unidade Responsável | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ | | | | | |
| Unidade Orçamentária | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 35.720.000,00 | 44.530.666,00 | 97.080,58 | 23.486,70 | | 73.593,88 | 23.323,29 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Sistema mantido | Percentual de manutenção | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | 23.486,70 |
| Identificação da Ação | | | | | | |
| Código | 2346 | | | | | |
| Descrição | FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS | | | | | |
| Iniciativa | 00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário | | | | | |
| Unidade Responsável | SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO | | | | | |
| Unidade Orçamentária | AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 28.450.000,00 | xxx | 22.331,44 | 13.849,00 | 0,00 | 8.482,44 | 13.849,00 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Veículo fiscalizado | unidade | 01 | 01 | Não se aplica | Não se aplica |

Fonte: Siafi Gerencial e DPRF

5.1.4.2 Análise Crítica

O 5º DRPRF/RR não é unidade responsável pelo conjunto das ações para as quais nos foram disponibilizados recursos e inexistem no PPA 2012-2015 e na LOA 2012 atribuição direta de metas para esta Regional. Apesar disso, a Coordenação Geral de Operações, visando dar desdobramento das metas globais do DPRF até suas Unidades Regionais, publicou a IS nº 4, de 14 de dezembro de 2011, que definiu os Indicadores e metas para todas as Regionais, inclusive o 5º DRPRF/RR, assunto já discutido e demonstrado em itens anteriores.

Dentre as despesas empenhadas, observamos que 89% do total se refere ao Programa Temático 2070. Das 4 (quatro) Ações deste programa, a 2723 representa 50% do total e as demais, 20IC, 2524 e 8698, se equilibram e correspondem, respectivamente, a 15, 20 e 14%. A superioridade das despesas empenhadas no Programa Temático 2070 sobre os demais Programas

Temáticos, 0663 e 2075, que consumiram, respectivamente, 8 e 3% do total empenhado, é tão evidente que somente a Ação 8698, que consome a menor fatia do Programa 2070, é superior ao montante total dos 2 (dois) outros programas somados: 13 contra 11%, respectivamente.

Extraímos destes números um forte investimento na atividade fim da PRF, com foco em ações de fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, e ênfase nas operações e na aquisição de materiais permanentes e de consumo para usufruto nessa área. Observaremos adiante que outro reflexo destes investimentos foi o aumento das despesas com diárias.

Outra Ação destaque é a 2524, referente à capacitação dos servidores do DPRF, onde o percentual de 167% (o índice acima de 100% indica que um mesmo servidor realizou mais de uma capacitação) de servidores capacitados em 2011 se manteve em 2012, só que agora atingindo 90 (noventa) servidores contra 70 (setenta) em 2011. Tal diferença em números absolutos ocorre em virtude do aumento do efetivo.

Os restos a pagar não processados se referem a aquisições cujo fornecimento ainda não se concretizou ou que aguardam o devido recebimento provisório e definitivo pela Comissão de Recebimento de Material e Serviços no âmbito do 5º DRPRF/RR, em atendimento ao disposto na Lei nº 8.666/1993. Também foram gerados pela não disponibilização de créditos orçamentários ou financeiro em tempo hábil para que se fizesse a liquidação ainda no exercício 2012.

5.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Como o 5º DRPRF/RR apresenta Relatório de Gestão Individual, não possui responsabilidades estabelecidas no PPA ou na LOA e não é Unidade Orçamentária – UO, pela leitura da norma não deve preencher o quadro informativo relativo a este item.

5.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Apesar de não ser o 5º DRPRF/RR responsável pela coordenação da Ação de Governo, há uma parcela de responsabilidade da Unidade Regional na execução destas Ações, sendo importante apresentar a execução da Ação que coube à Unidade. Para o 5º DRPRF/RR foram descentralizados recursos no seguinte Programa de Gestão e Manutenção/Ação:

- Programa de Gestão e Manutenção 2112 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça (Objetivo: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.)
 - Ação 2000: Administração da Unidade

O Quadro a seguir apresenta a Identificação e Execução Orçamentária e Financeira desta Ação no âmbito do 5º DRPRF/RR.

QUADRO 15 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|-------------------|---------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | 2000 | | | | | |
| Descrição | ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE | | | | | |
| Unidade Responsável | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ | | | | | |
| Unidade Orçamentária | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 82.749.000,00 | 97.222.000,00 | 892.163,15 | 732.870,47 | | 159.292,68 | 725.010,47 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | 732.870,47 |

5.1.6.2 Análise Crítica

O 5º DRPRF/RR não é unidade responsável por ações para as quais nos foram disponibilizados recursos e inexistem no PPA 2012-2015 e na LOA 2012 atribuição direta de metas para esta Regional.

Porém, executamos despesas referentes a um único Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, que é o 2112 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, e em uma única Ação deste Programa que é a 2000 – Administração da Unidade. Mesmo sendo uma única Ação, o valor total de despesas empenhadas na mesma supera o valor total empenhado em todas as Ações de todos os Programas Temáticos já analisados, correspondendo a 54% deste total enquanto as Ações dos Programas Temáticos correspondem a 46%.

Grande parte destas despesas se referem aos gastos com os contratos continuados existentes em nossa Regional, sendo que o maior impacto percentual é o com o Contrato nº 9/2011, referente à prestação do serviço de vigilância, que consome mais de 50% deste montante, e os gastos com combustíveis que representam mais de 10% deste total.

Os restos a pagar não processados se referem a aquisições cujo fornecimento ainda não se concretizou ou que aguardam o devido recebimento provisório e definitivo pela Comissão de Recebimento de Material e Serviços no âmbito do 5º DRPRF/RR, em atendimento ao disposto na Lei nº 8.666/1993. Também foram gerados pela não disponibilização de créditos orçamentários ou financeiro em tempo hábil para que se fizesse a liquidação ainda no exercício 2012.

5.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

5.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO 16 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

| Denominação das Unidades Orçamentárias | Código da UO | Código SIAFI da UGO |
|------------------------------------------------------|--------------|---------------------|
| Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ | 30107 | 200109 |

5.2.2 Programação de Despesas

Como o 5º DRPRF/RR apresenta Relatório de Gestão Individual, não possui responsabilidades estabelecidas no PPA ou na LOA e não é Unidade Orçamentária – UO, pela leitura da norma não deve preencher os quadros informativos relativos a este item.

5.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Devido a dificuldades de acesso ao Siafi Gerencial não foi possível o preenchimento do quadro abaixo.

QUADRO 17 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|-------------------------------------|------------|------------|------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | | Concedente | Recebedora | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Recebidos | | | | | | |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | - | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Recebidos | - | - | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | | Concedente | Recebedora | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Recebidos | | | | | | |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | - | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Recebidos | - | - | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Siafi Gerencial

5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

5.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

Como o 5º DRPRF/RR apresenta Relatório de Gestão Individual, não possui responsabilidades estabelecidas no PPA ou na LOA e não é Unidade Orçamentária – UO, pela leitura da norma não deve preencher os quadros informativos relativos a este item.

5.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

5.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO 18 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|-------------------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | 721.797,34 | 284.807,42 | 721.633,93 | 284.807,42 |
| a) Convite | | | | |
| b) Tomada de Preços | | | | |
| c) Concorrência | | | | |
| d) Pregão | 721.797,34 | 284.807,42 | 721.633,93 | 284.807,42 |
| e) Concurso | | | | |
| f) Consulta | | | | |
| 2. Contratações Diretas (g+h) | 114.246,29 | 453.769,25 | 106.386,29 | 453.769,25 |

| | | | | |
|---------------------------------------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| g) Dispensa | 93.640,70 | 411.163,89 | 85.780,70 | 411.163,89 |
| h) Inexigibilidade | 20.605,59 | 42.605,36 | 20.605,59 | 42.605,36 |
| 3. Regime de Execução Especial | 385,00 | 806,33 | 385,00 | 806,33 |
| i) Suprimento de Fundos | 385,00 | 806,33 | 385,00 | 806,33 |
| 4. Pagamento de Pessoal (j+k) | 392.528,05 | 158.899,68 | 392.528,05 | 158.899,68 |
| j) Pagamento em Folha | | | | |
| k) Diárias | 392.528,05 | 158.899,68 | 392.528,05 | 158.899,68 |
| 5. Outros | 42.620,37 | 3.926,47 | 42.620,37 | 3.926,47 |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 1.271.577,05 | 902.209,15 | 1.263.553,64 | 902.209,15 |

Fonte: Siafi Gerencial

5.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 19 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|------------|------------|--------------------|------------|---------------|------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1 – Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| Nome 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 3 – Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa (339037 – Locação de Mão de obra) | 501.384,96 | 408.537,19 | 398.007,04 | 345.817,83 | 103.377,92 | 62.719,36 | 398.007,04 | 345.817,83 |
| 2º elemento de despesa (339014 – Diárias – Pessoal Civil) | 392.528,05 | 158.899,68 | 392.528,05 | 158.899,68 | 0,00 | 0,00 | 392.528,05 | 158.899,68 |
| 3º elemento de despesa (339039 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica) | 275.334,21 | 186.684,33 | 190.220,44 | 147.337,12 | 85.113,77 | 39.347,21 | 182.197,03 | 147.337,12 |
| Demais elementos do grupo | 437.045,15 | 298.663,42 | 280.239,02 | 246.703,56 | 156.806,13 | 51.959,86 | 280.239,02 | 246.703,56 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 4 – Investimentos | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa (449052 – Equip.e Material Permanente - Op.Intra-Orç.) | 45.651,53 | 126.407,66 | 10.582,50 | 3.450,96 | 35.069,03 | 122.956,70 | 10.582,50 | 3.450,96 |
| 2º elemento de despesa (449049 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica) | 8.188,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.188,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | |
|----------------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 5 – Inversões Financeiras | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6 – Amortização da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte: Siafi Gerencial

5.2.4.2.3 Análise crítica

Observamos na análise do Quadro 18 que houve uma drástica redução das despesas com dispensa de licitação com consequente aumento das despesas com pregão, no nosso caso, eletrônico. Tal fato é salutar e reflete o esforço que foi feito ainda no exercício 2011 com a realização do Pregão Eletrônico nº 2/2011, referente à contratação do serviço de vigilância, anteriormente contratado por dispensa de licitação.

Outra importante realização foi o Pregão Eletrônico nº 4/2011, ocorrido em janeiro de 2012, referente à contratação do serviço de manutenção predial, derrubando percentualmente os gastos com inexigibilidade e suprimimento de fundos.

Além disso, ressaltamos o aumento com as despesas de diárias que mais que duplicaram. Tal aumento se deu em virtude de grandes eventos como o Rio +20 que demandaram policiais de nossa Regional e cujo pagamento de diárias foi em dobro, além do aumento do efetivo ocorrido em setembro de 2012 que provocou um maior número de operações no Estado e em outras unidades da federação. Tal aumento também refletiu na elaboração do Quadro 19, pois o elemento de despesa 339014 – Diárias – Pessoal Civil passou a ser o 2º elemento de maior montante empenhado em 2012 nas outras despesas correntes, deixando os elementos 339039 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica e 339030 – Material de consumo em 3º e 4º lugar, respectivamente. Em 2011, estes dois elementos ocuparam o 2º e 3º lugar, respectivamente, e o elemento 339014 – Diárias era apenas o 4º lugar.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos durante o exercício 2012.

6.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

6.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 20 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|--------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos Acumulados | Pagamentos Acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | | | | |
| 2010 | | | | |
| Restos a Pagar não Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos Acumulados | Pagamentos Acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | 276.983,13 | -35.590,48 | 204.181,18 | 37.211,47 |
| 2010 | 6.352,54 | -6.352,54 | | |

Fonte: Siafi Gerencial

6.2.2 Análise Crítica

Adotamos a estratégia de evitar a inscrição de restos a pagar por mais de 2 (dois) exercícios subsequentes e conseguimos cumprí-la em 2012 eliminando todos os RPs inscritos em 2010.

Com relação ao saldo a pagar de 2011, grande parte se refere a aquisição, centralizada e realizada pelo DPRF, de peças do fardamento, cujo recebimento foi postergado durante todo o exercício em virtude de alterações nas especificações técnicas das peças e pedidos de prorrogação de entrega feitos pelos fornecedores. Cabe salientar que a manutenção de saldo na conta de restos a pagar ao longo do exercício, geralmente decorre de fatos alheios a vontade da administração, dentre os quais podemos citar a demora, por parte dos fornecedores, na entrega das respectivas aquisições, a não disponibilização das respectivas faturas no exercício imediatamente seguinte ao da prestação dos respectivos serviços, como no caso das concessionárias de serviço público. Em casos extremos, ocorre o não cumprimento de suas obrigações por parte de fornecedores, sendo que neste caso todo o saldo é cancelado.

Contribui também para aumento dos valores inscritos em de restos a pagar o incremento no volume das aquisições decorrentes da disponibilização de recursos que invariavelmente ocorre no final do exercício, de tal forma que os prazos para que os respectivos fornecedores cumpram suas obrigações se estendem ao exercício seguinte.

6.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Não houve transferências de recursos durante o exercício 2012.

6.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

6.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

6.4.1.1 Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral

QUADRO 21 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$
1,00

| Suprimento de Fundos | | | | | |
|----------------------|-----------------------------------------------|----------------|---------|--------|-------------|
| Código da UG | Nome da UG | Conta Tipo "B" | Valores | | Total Geral |
| | | | CPGF | | |
| | | | Saque | Fatura | |
| 200232 | 5. DISTRITO REGIONAL DO DPRF | | | 385,00 | 385,00 |
| | Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF | | | 385,00 | 385,00 |

Fonte: Siafi Gerencial

6.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não houve despesa realizada por meio de suprimento de fundos através da utilização da conta tipo “B” no exercício 2012.

6.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO 22 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

| Código da UG 1 | 200232 | Limite de Utilização da UG | 10.000,00 | | |
|--------------------------------|----------------|----------------------------|-----------|--------|--------|
| Portador | CPF | Valor do Limite Individual | Valor | | Total |
| | | | Saque | Fatura | |
| Ubirajara Oliveira dos Santos | 379.361.315-15 | 2.000,00 | | 385,00 | 385,00 |
| Total Utilizado pela UG | | | | 385,00 | 385,00 |
| Total Utilizado pela UJ | | | | 385,00 | 385,00 |

Fonte: Siafi Gerencial

6.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO 23 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

| Suprimento de Fundos | | | | | | | |
|----------------------|----------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|-------------|
| Exercícios | Conta Tipo “B” | | Saque | | Fatura | | Total (R\$) |
| | Quantidade | (a) Valor | Quantidade | (b) Valor | Quantidade | (c) Valor | (a+b+c) |
| 2012 | | | | | 1 | 385,00 | 385,00 |
| 2011 | | | | | 2 | 806,33 | 806,33 |
| 2010 | | | | | 3 | 958,42 | 958,42 |

Fonte: Siafi Gerencial

6.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO 24 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Valores em R\$ 1,00

| Suprimento de Fundos | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------|-------|------|-------|------|-------|----------|---------------|----------|---------------|----------|---------------|
| Situação | Conta Tipo “B” | | | | | | CPGF | | | | | |
| | 2012 | | 2011 | | 2010 | | 2012 | | 2011 | | 2010 | |
| | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor |
| PC não Apresentadas | | | | | | | | | | | | |
| PC Aguardando Análise | | | | | | | | | | | | |
| PC em Análise | | | | | | | | | | | | |
| PC não Aprovadas | | | | | | | | | | | | |
| PC Aprovadas | | | | | | | 1 | 385,00 | 1 | 806,33 | 1 | 958,42 |

Fonte: Siafi Gerencial

6.4.1.6 Análise Crítica

A utilização do suprimento de fundos foi intermediada por apenas um suprido, contra o qual inexistia vedação de concessão, e através do CPGF, meio tecnologicamente mais moderno e eficiente de pagamento de despesas, o qual ainda tem a vantagem de propiciar, ao menos em princípio, um melhor gerenciamento e fiscalização das pequenas despesas realizadas.

Foi realizada pesquisa prévia de preços simplificada, que garantiu a opção mais vantajosa para a Administração, e, posteriormente, a devida prestação de contas. Foram também observados os critérios de pequena significação econômica e caráter excepcional da despesa.

Além disso, convém ressaltar a contínua redução do uso de suprimento de fundos ao longo dos exercícios 2010 a 2012.

6.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não houve renúncia tributária gerida pelo 5º DRPRF/RR durante o exercício 2012.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 25 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--------------------------------------------------------------|------------|---------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | 53 | 53 | 23 | 10 |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | 53 | 53 | 23 | 10 |
| 1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 53 | 53 | 23 | 10 |
| 1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3. Servidores de carreira em exercício provisório | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4. Total de Servidores (1+2+3) | 53 | 53 | 23 | 10 |

Fonte: Siape

7.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 26 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

| Tipologias dos afastamentos | Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| 1. Cedidos (1.1+1.2+1.3) | 1 |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | 1 |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | 0 |
| 1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) | 0 |
| 2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4) | - |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | - |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | - |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | - |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País | - |
| 3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) | 10 |
| 3.1. De Ofício, no Interesse da Administração | 4 |
| 3.2. A Pedido, a Critério da Administração | - |
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | - |
| 3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde | - |
| 3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo | 6 |
| 4. Licença Remunerada (4.1+4.2) | - |
| 4.1. Doença em Pessoa da Família | - |
| 4.2. Capacitação | - |
| 5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5) | - |
| 5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro | - |
| 5.2. Serviço Militar | - |
| 5.3. Atividade Política | - |
| 5.4. Interesses Particulares | - |
| 5.5. Mandato Classista | - |
| 6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) | - |
| 7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6) | 11 |

Fonte: Siape

7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO 27 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

| Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--------------------------------------------------------------|------------|----------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Cargos em Comissão | 1 | 1 | 0 | 0 |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | | | | |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 1 | 1 | 0 | 0 |
| 1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 1 | 1 | 0 | 0 |
| 1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | - | - | - | - |
| 1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas | | | | |
| 1.2.4. Sem Vínculo | | | | |
| 1.2.5. Aposentados | | | | |
| 2. Funções Gratificadas | 4 | 4 | 1 | 1 |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 4 | 4 | 1 | 1 |
| 2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | | | | |
| 2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas | | | | |
| 3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2) | 5 | 5 | 1 | 1 |

Fonte: Siape

7.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO 28 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Servidores por Faixa Etária | | | | |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | 12 | 25 | 10 | 6 | - |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | | | | | |
| 1.2. Servidores de Carreira | 12 | 25 | 10 | 6 | - |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | | | | | |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | | | | | |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | | | | | |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | |
| 2.3. Funções Gratificadas | | | | | |
| 3. Totais (1+2) | 12 | 25 | 10 | 6 | - |

Fonte: Siape

7.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO 29 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade | | | | | | | | | |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------------|---|---|---|----|----|---|---|---|--|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | - | - | - | - | | | | | | |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | - | - | - | - | | | | | | |
| 1.2. Servidores de Carreira | - | - | - | - | 11 | 41 | 1 | | | |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | - | - | - | - | | | | | | |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | - | - | - | - | | | | | | |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | - | - | - | - | | | | | | |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | - | - | - | - | | | | | | |
| 2.3. Funções Gratificadas | - | - | - | - | | | | | | |
| 3. Totais (1+2) | - | - | - | - | 11 | 41 | 1 | | | |

LEGENDA

Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape

7.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 30 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

| Tipologias/ Exercícios | Vencimentos e Vantagens Fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total | |
|----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|--------------------|---------------|------------|--------------|--------------------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------------|-----------------------|----------|--------------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e Previdenciários | Demais Despesas Variáveis | | | | |
| Membros de Poder e Agentes Políticos | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 3.577.209,93 | 3.469,78 | 391.636,13 | - | - | 252.152,96 | 4.644,37 | - | 3.896,12 | 4.233.009,29 |
| | 2011 | 3.518.178,18 | 993,38 | 429.048,98 | - | - | 264.937,89 | 6.569,38 | - | 7.176,57 | 4.226.904,38 |
| | 2010 | 3.316.856,54 | 2.318,86 | 391.788,19 | 15.008,25 | - | 200.406,61 | 4.352,93 | - | - | 3.930.731,38 |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 44.512,36 | - | 7.443,29 | - | - | 3.699,00 | - | - | 148,75 | 55.803,40 |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 129.853,31 | 15.233,16 | 17.720,35 | - | - | 4.440,00 | 185,76 | - | 217,80 | 167.650,38 |
| | 2011 | 127.908,28 | 15.148,53 | 17.259,69 | - | - | 9.444,88 | 34,90 | - | 979,71 | 170.775,99 |
| | 2010 | 128.205,06 | 15.233,16 | 23.716,98 | - | - | 19.372,67 | - | - | - | 186.527,87 |
| Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 373.374,71 | 10.670,19 | 55.127,24 | - | - | 25.327,00 | - | - | 814,71 | 465.313,85 |
| | 2011 | 417.609,95 | 14.538,36 | 52.191,84 | - | - | 29.772,00 | 144,61 | - | 1.497,76 | 515.754,52 |
| | 2010 | 386.982,30 | 12.281,10 | 57.879,53 | 123,23 | - | 22.740,59 | 54,80 | - | - | 480.061,55 |

Fonte: Siape

7.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

7.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO 31 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

| Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria | Quantidade | |
|-----------------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| | De Servidores Aposentados até 31/12 | De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência |
| 1. Integral | 2 | 2 |
| 1.1 Voluntária | 2 | 2 |
| 1.2 Compulsória | - | - |
| 1.3 Invalidez Permanente | - | - |
| 1.4 Outras | - | - |
| 2. Proporcional | 1 | 0 |
| 2.1 Voluntária | - | - |
| 2.2 Compulsória | - | - |
| 2.3 Invalidez Permanente | 1 | 0 |
| 2.4 Outras | - | - |
| 3. Totais (1+2) | 3 | 2 |

Fonte: Siape

7.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 32 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Regime de Proventos do Servidor Instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão | |
|---------------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|
| | Acumulada até 31/12 | Iniciada no Exercício de Referência |
| 1. Aposentado | - | - |
| 1.1. Integral | - | - |
| 1.2. Proporcional | - | - |
| 2. Em Atividade | 3 | 0 |
| 3. Total (1+2) | 3 | 0 |

Fonte: Siape

7.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Inexistem controles internos implementados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos no âmbito do 5º DRPRF/RR, mesmo assim, no exercício 2012, não foram detectados casos de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no nosso quadro de pessoal.

7.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Nenhuma providência foi adotada para sanear tais ocorrências, pois, no exercício 2012, inexistiram casos de servidores acumulando cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal do 5º DRPRF/RR.

7.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

7.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO 33 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

| Tipos de Atos | Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU | | Quantidade de atos cadastrados no SISAC | |
|---------------------------------------------------------|------------------------------------------------|----------|-----------------------------------------|----------|
| | Exercícios | | Exercícios | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Admissão | 21 | 0 | 21 | 0 |
| Concessão de aposentadoria | 2 | 0 | 2 | 0 |
| Concessão de pensão civil | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Concessão de pensão especial a ex-combatente | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Concessão de reforma | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Concessão de pensão militar | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Alteração do fundamento legal de ato concessório | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Totais | 21 | 0 | 21 | 0 |

QUADRO 34 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

| Tipos de Atos | Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU | | Quantidade de atos cadastrados no SISAC | |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------|----------|-----------------------------------------|----------|
| | Exercícios | | Exercícios | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Desligamento | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Cancelamento de concessão | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cancelamento de desligamento | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Totais | 1 | 0 | 1 | 0 |

QUADRO 35 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

| Tipos de Atos | Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC | | | |
|-----------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | Exercício de 2012 | | | |
| | Até 30 dias | De 31 a 60 dias | De 61 a 90 dias | Mais de 90 dias |
| Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) | | | | |
| Admissão | - | 21 | - | - |
| Concessão de aposentadoria | - | 2 | - | - |
| Concessão de pensão civil | - | - | - | - |
| Concessão de pensão especial a ex-combatente | - | - | - | - |
| Concessão de reforma | - | - | - | - |
| Concessão de pensão militar | - | - | - | - |
| Alteração do fundamento legal de ato concessório | - | - | - | - |
| Total | - | 23 | - | - |
| Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) | | | | |
| Desligamento | - | 1 | - | - |
| Cancelamento de concessão | - | - | - | - |
| Cancelamento de desligamento | - | - | - | - |
| Total | - | 1 | - | - |

7.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não ocorreram, no âmbito do 5º DRPRF/RR durante os exercícios 2011 e 2012, atos sujeitos à remessa física ao TCU, nos termos do art. 14 da IN TCU nº 55/2007.

7.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Não existiram, no âmbito do 5º DRPRF/RR durante os exercícios 2011 e 2012, informações da atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.

7.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não há indicadores gerenciais para a área de recursos humanos desenvolvidos ou atribuídos pelo DPRF/MJ ao 5º DRPRF/RR no exercício 2012.

7.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

7.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Durante os exercícios 2010, 2011 e 2012, no âmbito do 5º DRPRF/RR, não houve ocorrência de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos do DPRF.

7.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Durante o exercício 2012, no âmbito do 5º DRPRF/RR, não houve substituição de empregados terceirizados em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.

7.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não houve autorizações expedidas pelo MPOG para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados no âmbito do 5º DRPRF/RR durante o exercício 2012.

7.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 36 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------|----------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------|------------|-------------------------------------------------------------|---|---|---|---|---|------|
| Nome: 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal - Roraima | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 200232/00001 | | | | | | | CNPJ: 00.394.494/0137-00 | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2012 | L | O | 12/2012 | 0631850/0001-41 | 02/07/2012 | 01/07/2013 | 3 | 3 | - | - | - | - | A |
| 2011 | V | O | 09/2011 | 02692187/0001-67 | 28/11/2011 | 29/11/2013 | 8 | 8 | - | - | - | - | P |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | |
| Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. | | | | | | | | | | | | | |
| Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Dossiê de Fiscalização

7.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não houve contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do DPRF no âmbito do 5º DRPRF/RR durante o exercício 2012.

7.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 37 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa no exercício (em R\$ 1,00) |
|--------------------------|-----------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|------------------------------------|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| 1. Nível superior | 1 | 1 | 1 | 1 | 4.235,20 |
| 1.1 Área Fim | - | - | - | - | - |
| 1.2 Área Meio | 1 | 1 | 1 | 1 | - |
| 2. Nível Médio | 5 | 9 | 9 | 8 | 30.899,59 |
| 2.1 Área Fim | - | - | - | - | - |
| 2.2 Área Meio | 5 | 9 | 9 | 8 | - |
| 3. Total (1+2) | 6 | 10 | 10 | 9 | 35.134,79 |

Fonte: Siape

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Nossa frota veicular atual é de 26 (vinte e seis) viaturas – VTRs, sendo todas de propriedade do 5º DRPRF/RR, pois não possuímos contrato de locação de veículos. No âmbito interno, a legislação que regulamenta o disposto acima é a IN nº 07, de 08 de dezembro de 2011, da Direção-Geral do DPRF, além da estrita observância do Decreto nº 6.403/2008 da Presidência da República, que dispõe sobre o mesmo tema.

A utilização de VTRs pelo 5º DRPRF/RR é de suma importância, pois é ferramenta fundamental para desempenho da atribuição institucional de realizar o patrulhamento ostensivo no âmbito das rodovias federais. Também possui fundamental importância as VTRs utilizadas para as atividades meio, pois estas tem uma função auxiliar no desempenho da atribuição-mor da PRF no Estado de Roraima.

A frota veicular do 5º DRPRF/RR está classificada em razão das atividades de segurança pública às quais se destinam, e são discriminadas nas seguintes categorias definidas na IN 07/2011/DG/DPRF/MJ:

I – VTRs de transporte institucional

a) VTRs de transporte institucional: total de 3 (três), sendo 1 (uma) lotada no Gabinete, 1 (uma) no NCAI e 1 (uma) no NAF da Regional.

II – VTRs de serviços especiais

a) caracterizadas: total de 16 (dezesesseis), sendo 1 (uma) lotada no NCAI, 2 (duas) no NOE e 10 (dez) no NPF. É importante informar que existem 2 (duas) com registro de baixa junto ao DETRAN/RR, em virtude de acidentes de trânsito que resultaram em grande monta, e que 1 (uma) encontra-se em processo de baixa, em virtude de antieconomicidade de sua manutenção corretiva, estando atualmente inoperante.

b) descaracterizadas: total de 3 (três), sendo 1 (uma) lotada no NAP, 1 (uma) no NPF e 1 (uma) no NAF.

c) reservadas: total de 4 (quatro), sendo 3 (três) lotadas no NUINT e 1 (uma) no NCAI.

As informações relativas à média anual de quilômetros rodados, idade média da frota e custos associados à manutenção da frota, por grupo de VTRs, segundo a classificação supra, encontram-se discriminadas na tabela abaixo:

QUADRO 38 – INFORMAÇÕES SOBRE A FROTA

Valores em R\$ 1,00

| GRUPO DE VTRs | MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS | IDADE MÉDIA (anos) | GASTOS/CUSTOS COM MANUTENÇÃO DAS VTRs | | | |
|--------------------------------------|------------------------------------|--------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------|-------------------|
| | | | COMBUSTÍVEIS | TAXA DE GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEIS | REVISÕES PERIÓDICAS | |
| | | | | | VTRs EM GARANTIA | VTRs SEM GARANTIA |
| Transporte Institucional | 4.869 | 3 | 5.558,36 | 368,00 | 2.303,00 | 661,36 |
| Serviços Especiais Caracterizadas | 18.248 | 2 | 85.405,19 | 2.000,00 | 18.237,88 | 33.503,58 |
| Serviços Especiais Descaracterizadas | 2.039 | 4,5 | 2.022,12 | 240,00 | 0,00 | 2.543,04 |
| Serviços Especiais Reservadas | 4.601 | 3,5 | 5.302,88 | 384,00 | 0,00 | 1.971,36 |
| TOTAL: | 7.439,25 | 3,25 | 98.288,55 | 2.992,00 | 20.540,88 | 38.679,34 |

Fonte: Gestão de Frota

As VTRs pertencentes à frota veicular do 5º DRPRF/RR não possuem seguro obrigatório e o quadro funcional responsável pela Gestão de Frota da Regional pertence à própria Unidade, não havendo despesas adicionais.

O plano de substituição da frota fica a cargo DPRF, não tendo esta Regional, até o presente momento, notícias acerca de recebimento de VTRs, tampouco de substituição da frota. No entanto, no exercício 2012, 8 (oito) VTRs de serviços especiais caracterizadas foram transferidas para outras

Regionais em meados do primeiro semestre, tendo esta Regional recebido 4 (quatro) VTRs da mesma categoria, além de 1 (uma) VTR para serviços especiais reservados no início do segundo semestre.

As VTRs de serviços especiais caracterizadas compõem mais de 60% (sessenta por cento) de nossa frota e são as mais utilizadas (vide informações da Tabela 1), além de serem padronizadas em suas cores e estrutura para atender a normas técnicas de apresentação. Tais fatos inviabilizam optarmos pela locação devido à indisponibilidade das mesmas em locadoras de veículos.

Visando assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte no âmbito do 5º DRPRF/RR, elencamos as seguintes estruturas de controles utilizadas na Gestão de Frota:

- Estrita observância ao manual do fabricante das VTRs pertencentes à frota veicular do 5º DRPRF/RR, de modo que a manutenção preventiva das mesmas seja efetuada em tempo hábil, evitando problemas mecânicos por manutenção inadequada;
- Controle das revisões periódicas, de modo que não haja atrasos nas revisões em virtude de excesso de quilometragem ou tempo;
- Controle do saldo contratual, de modo a avisar o setor competente da exiguidade do valor contrato, dando tempo de ser firmada repactuação, aditivo ou nova contratação, conforme o caso, de modo a garantir a continuidade dos serviços de manutenção veicular, e;
- Montagem de catálogo de peças e serviços, de modo a evitar que as empresas responsáveis pela manutenção veicular venham a reajustar preços de peças ou horas de serviços sem observância da fiscalização.

8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO 39 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|---------------------------|------------|-------------------------------------------------------------------------|----------------|
| | | EXERCÍCIO 2012 | EXERCÍCIO 2011 |
| BRASIL | RORAIMA | 4 | 4 |
| | BOA VISTA | 4 | 4 |
| Subtotal Brasil | | 4 | 4 |
| EXTERIOR | PAÍS 1 | 0 | 0 |
| | cidade 1 | | |
| | cidade 2 | | |
| | cidade “n” | | |
| | PAÍS “n” | 0 | 0 |
| | cidade 1 | | |
| | cidade 2 | | |
| Subtotal Exterior | | 0 | 0 |
| Total (Brasil + Exterior) | | 4 | 4 |

Fonte: Gabinete do 5º DRPRF/RR

8.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não há bens imóveis locados de terceiros no âmbito do 5º DRPRF/RR.

8.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO 40 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Valores em R\$ 1,00

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa no Exercício | |
|--------------|------------------|--------------|-----------------------|-----------------|-------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Com Reformas | Com Manutenção |
| 201034 | 0301 00047.500-6 | Incorporação | Bom | 240.500,00 | 11/09/2001 | 240.500,00 | 0,00 | 28.200,96 |
| Total | | | | | | | 0,00 | 28.200,96 |

Fonte: SPIUnet

8.3 ANÁLISE CRÍTICA

No exercício de 2012 esta UJ não teve imóvel da União devidamente transferido para seu patrimônio.

O único imóvel que se encontra inserido no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, é onde está instalada a sede da regional e, em compartilhamento, também a sede da unidade local do DNIT, localizado na Rua Professor Diomedes, nº 764, Bairro São Vicente, Boa Vista-RR. No entanto, o referido imóvel era de patrimônio do extinto DNER, estando sob a responsabilidade da SPU/RR, uma vez que todo patrimônio daquele órgão passou, após sua extinção, a ser gerenciado pela SPU.

Ocorre, que esta UJ possui pleito junto aquela Superintendência do Patrimônio da União, com vistas à recebê-lo definitivamente, passando, portanto, para o patrimônio do 5º DRPRF/RR sob o Processo nº 05550.000095/2006-52.

A SPU/RR já está em processo de finalização dos procedimentos necessários à conclusão da transferência, uma vez que já foram realizados todos os procedimentos em relação ao levantamento topográfico e quitação das taxas municipais relativas ao imóvel em questão, restando tratativas junto ao cartório do registro de imóveis para as alterações cabíveis à sua definitiva regularização.

Cabe ressaltar, que a decisão de transferência do domínio daquele imóvel ao 5º DRPRF/RR por parte da SPU/RR encontra amparo legal na Nota Técnica nº 298/2010/MP/SPU/DEINC e no parecer da Consultoria Jurídica da União nº 067/2011/CJU-RR/CGU/AGU.

Em relação ao possível uso compartilhado do imóvel com o DNIT (Autarquia), tal questão será saneada em momento oportuno pela SPU/RR, uma vez que tal situação se apresenta inviável dada a necessidade de implantação de normas relativas à Segurança Orgânica da PRF, pois se trata de instituição policial, não sendo aconselhável o compartilhamento em razão de suas especificidades.

Foram adiantadas as tratativas para que a unidade operacional UOP 01, que se encontrava sob nossa responsabilidade à título de cessão por parte do Governo do Estado de Roraima, fosse devolvida para o Governo do Estado, pois, em razão da duplicação da rodovia BR 174 e da construção do Anel Viário (Contorno Oeste), a mesma deixou de ser estratégica para a PRF, razão pela qual foi desativada. Cabe salientar que durante a elaboração deste Relatório, portanto já no exercício 2013, tais tratativas foram concluídas e o referido termo de cessão foi encerrado e o imóvel devolvido ao Governo do Estado. O encerramento do Termo de Cessão foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado.

Em relação a unidade operacional UOP 02, a mesma foi desativada em razão do baixo efetivo e também por ter deixado de ser estratégica devido à construção do Anel Viário, o qual fica distante da referida unidade policial, dificultando sobremaneira as atividades de fiscalização. Ela também está sob termo de cessão de uso celebrado com o Governo do Estado de Roraima, sendo que naquela unidade estará sendo instalada uma base do SAMU/PMBV. No momento, em razão de ainda estarmos com a responsabilidade sobre o imóvel, esta instalação se dará a título de acordo de cooperação técnica para futuramente transferirmos o termo de cessão para a Prefeitura de Boa Vista, não deixando de serem realizadas operações pela PRF naquele posto.

A unidade operacional UOP 03 (Água Boa), é a única em atividade como posto fixo, funcionando como base de apoio às equipes operacionais do serviço ordinário. A mesma deverá passar por obras de ampliação e readequação com a instalação de área coberta para fiscalização, área para guarda de veículos de terceiros, área para instalação de balança para pesagem de veículos de carga, rampa para fiscalização minuciosa, além de heliponto, esclarecendo que toda área deverá ser cercada e com câmeras de monitoramento visando a segurança orgânica do Posto.

As unidades operacionais ainda não possuem registro na SPU/RR, por isso não constam as informações relativas ao SPIUnet discriminadas no Quadro 31. Porém informamos que foram executadas despesas com manutenção predial na UOP 03 no valor de R\$ 12.130,15 (doze mil, cento e trinta reais e quinze centavos) no exercício 2012.

Temos ainda, pleito junto a SPU/RR visando a aquisição de área no município do Bonfim/RR, na BR 401, km 84, para a construção de uma UNEFRON – Unidade Especial de Fronteira, incluindo área para compartilhamento com outros órgãos das esferas federal e estadual, para fins de implementar a fiscalização de combate à criminalidade naquela fronteira internacional.

O mesmo procedimento será adotado em relação a área destinada à UNEFRON em Pacaraima/RR, na fronteira com a Venezuela, a qual, em momento oportuno também será encaminhada demanda à SPU/RR.

Informamos, por fim, que a regularização dos imóveis, em particular, as unidades operacionais, passam pela definição por parte do DNIT das respectivas faixas de domínio, somente após essa definição, poderá a SPU proceder aos trâmites legais para regularização dos respectivos imóveis conforme preceituado na Lei nº 9.636/1998 c/c Decreto nº 5.719/2006, os quais versam acerca das atribuições das Superintendências do Patrimônio da União.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

9.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Não foi preenchido o quadro referente a este subitem, tendo em vista que, no âmbito do DPRF, compete a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização – CGPLAN a gestão de todas as ações de TI, cabendo a esta UJ apenas sua execução.

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O quadro 41 a seguir trata das informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental quando da aquisição de bens, materiais de Tecnologia da Informação – TI e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do MPOG e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO 41 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|---|---|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | x | | | | |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | x | | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | x | | |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | x | | | | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | x | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | x | |
| | | | | | Adquirimos 20 monitores LCD em substituição aos CRT que contribuem para diminuição do consumo de energia |
| | | | | | Papel A4 reciclado, suficiente para atender a demanda de 2012 |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---------|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | | | x | | |
| | Sim (x) | | Não () | | |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | x | |
| | Aquisição de água mineral em garrafas de 20 litros retornáveis. | | | | |
| 9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | | x | |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | | x | |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | x | | | |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | x | | | |
| | Afixação de adesivos em locais estratégicos da Regional visando a redução de energia elétrica e água. | | | | |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | x | | | | |
| Considerações Gerais: Com relação ao item 7 salientamos que os veículos são adquiridos através de compras centralizadas, realizada pelo DPRF/MJ em Brasília/DF. Com relação ao item 11, entendemos que a opção 2 é a mais apropriada em razão da UJ, em conformidade com o Decreto 5.940/06, possuir Comissão própria para o tratamento da questão da reciclagem de resíduos sólidos e já haver celebrado Termo de Compromisso com a Cooperativa dos Amigos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos do Estado de Roraima – UNIRENDA em 23/11/11. Todavia, apesar de estarmos com o processo de licitação pronto para ser deflagrado por meio de cotação eletrônica, por falta de recursos, fato que já havia ocorrido em 2011, não foi possível adquirir os depósitos apropriados para a coleta seletiva e as atividades de recolhimento por parte da UNIRENDA. Tal aquisição será novamente uma das nossas prioridades no exercício 2013. | | | | | |
| LEGENDA | | | | | |
| Níveis de Avaliação: | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. | | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. | | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. | | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. | | | | | |
| (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. | | | | | |

10.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO 42 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$
1,00

| Adesão a Programas de Sustentabilidade | | | | | |
|--------------------------------------------------|---------------|------|------|------------|------|
| Nome do Programa | Ano de Adesão | | | Resultados | |
| Não houve adesão a programas de sustentabilidade | | | | | |
| Recurso Consumido | Quantidade | | | Valor | |
| | Exercícios | | | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 |

| | | | | | | |
|-------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------|-----------|-----------|
| Papel | 230 | 200 | 190 | 2.208,00 | 1.920,00 | 1.710,00 |
| Água | 1.405 m ³ | 1.621 m ³ | 1.662 m ³ | 21.855,92 | 21.584,40 | 22.954,42 |
| Energia Elétrica | 110.196 kw/h | 117.899 kw/h | 113.315 kw/h | 45.426,87 | 41.493,71 | 40.442,86 |
| | | | Total | 69.490,79 | 64.998,11 | 65.107,28 |

Fonte: NUPAT e NAF

11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

11.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO 43 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

| Unidade Jurisdicionada | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|-------|------|-------------------------------------------------------------|--------------|
| Denominação Completa | | | | | | Código SIORG |
| Departamento de Polícia Rodoviária Federal | | | | | | 704 |
| Deliberações do TCU | | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida | |
| 1 | TC-020.396/2009-9 (REPRESENTAÇÃO) | Nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara | 1.4.1 | DE | E-mail nº 18/AECI/GM-MJ | |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | | Código SIORG |
| 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal | | | | | | 029305 |
| Descrição da Deliberação | | | | | | |
| “1.4.1. determinar ao 5º Distrito Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF/RR que, em eventuais repactuações e/ou futuras contratações de empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados, não aceite na planilha de formação de preços a presença de "Reserva Técnica" e itens relativos à "Treinamento/Capacitação e/ou Reciclagem de Pessoal" no quadro de insumos, devendo justificar quaisquer necessidades excepcionais na execução dos serviços que importem em majoração/inclusão desses custos;” | | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | | | | Código SIORG |
| 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal | | | | | | 029305 |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Realização do Pregão Eletrônico nº 2/2012 para contratação de serviços limpeza e conservação e aditivção do Contrato nº 9/2011 pelo período de mais 12 (doze) meses, sempre de acordo com o contido no Acórdão nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara. | | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Êxito na contratação e aditivção pretendidas, sem prejuízo do contido no Acórdão nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara. | | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | | | | |
| <p>Pontos Negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> O efetivo restrito e o grande número de demandas dificulta a participação de pessoal capacitado na elaboração e análise das planilhas de custos e formação de preços recebidas e/ou utilizadas nos certames da Unidade; <p>Pontos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Considerando que a determinação contida no Acórdão Nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara, está prevista em edital, não houveram intercorrências para as contratações pretendidas. Criação e designação da Comissão Orçamentista, em atendimento ao disposto na IS nº 1/2009/CGA/DPRF/MJ, que analisa as planilhas de custos e formação de preços apresentadas nos certames da Unidade e nos pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro. | | | | | | |
| Unidade Jurisdicionada | | | | | | |
| Denominação Completa | | | | | | Código SIORG |
| Departamento de Polícia Rodoviária Federal | | | | | | 704 |
| Deliberações do TCU | | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida | |
| 2 | TC-013.016/2009-1 (REPRESENTAÇÃO) | Nº 1081/2010 - TCU - Plenário | 1.5.1 | DE | E-mail nº 149/2010-AECI/MJ e Of nº 393/2010-TCU/SECEX-RR | |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | | Código SIORG |
| 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal | | | | | | 029305 |
| Descrição da Deliberação | | | | | | |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| “1.5.1. ao 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal que, no caso de eventual prorrogação do contrato de vigilância e segurança armada em vigor (Contrato n. 006/2009), celebrado com a empresa Union Security Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda., ou de realização de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, observe as orientações expedidas pela Portaria SLTI n. 10/2009, e suas posteriores alterações, sobretudo no que diz respeito aos limites de preços a serem praticados, ou justifique a impossibilidade de cumpri-las, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas;” | |
| Providências Adotadas | |
| Sector Responsável pela Implementação | Código SIORG |
| 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal | 029305 |
| Síntese da Providência Adotada | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Aditivação do Contrato nº 9/2011, firmado com a Union Security Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda., referente à prestação de serviços de vigilância, pelo período de mais 12 (doze) meses. | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Êxito na aditivação pretendida, porém com preços obtidos na pesquisa de mercado e embutidos no aditivo ainda superiores ao estabelecido na Portaria SLTI nº 5, de 7 de fevereiro de 2012, vigente à época. | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | |
| <p>Pontos Negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A segurança é um ponto sensível da Unidade, pois além da guarda dos bens de terceiros, também zela ininterruptamente pelos materiais de uso bélico/restrito de sua dotação, a exemplo de pistolas e outros armamentos. A pronta resposta proporcionada pela vigilância armada fez a Unidade considerá-la a única opção, descartando a fiscalização remota, realizada apenas com câmeras de vídeo. <p>O mercado local é restrito, conforme aponta levantamento realizado junto ao Departamento de Polícia Federal – DPF, onde figuram somente as empresas TRANSVIG e UNION SECURITY como credenciadas a prestar o serviço em questão e, em complemento, apenas a segunda participou de nosso certame reduzindo ainda mais a competitividade. Estas empresas praticam preços superiores aos limites do Normativo da SLTI, conforme constatado junto a outros órgãos públicos locais, que promoveram certames de mesma natureza.</p> <p>Na aditivação do Contrato nº 9/2011, foi realizada ampla pesquisa de mercado junto a diversos Órgãos Federais em Boa Vista e em todos os preços praticados estavam acima do teto limitado pela Portaria nº 5/2012/SLTI/MPOG.</p> <p>Em nenhum momento, a Unidade obteve orçamentos ou propostas com valores inferiores ao limite estabelecido Portaria, fato que gerou a aditivação com valores acima deste limite.</p> <p>Pontos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sucesso na aditivação do Contrato nº 9/2011, que vem atendendo plenamente às nossas necessidades e continuidade da transparência e publicidade da nossa contratação, haja vista a última ter sido realizada por contratação direta, através de dispensa de licitação. | |

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem deliberações do TCU pendentes no exercício 2012.

11.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não houve recomendações da OCI no exercício 2012.

11.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem recomendações pendentes do OCI no exercício 2012.

11.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Tal item equivale ao item 10.2 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 e não deve ser apresentado no Relatório de Gestão do 5º DRPRF/RR, como determina o item b) do Quadro A1 do mesmo Anexo.

11.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO 44 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

| Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR | Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|-----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------|
| | | Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou | Final do Exercício de Cargo, Emprego ou | Final do Exercício Financeiro |
| | | | | |

| | | Função | Função | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|--------|--------|----------|
| Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Entregaram a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |
| Cargos Eletivos | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Entregaram a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |
| Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | 1 | 1 | 4 |
| | Entregaram a DBR | 1 | 1 | 4 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |

Fonte: NAP/5ºDRPRF/RR

11.3.2 Análise Crítica

Não houve descumprimento da obrigação de entregar a DBR e todos os servidores do 5º DRPRF/RR autorizaram o acesso à Declaração de Imposto de Renda no momento da posse no cargo, constando na pasta de assentamento funcional de cada servidor, AUTORIZAÇÃO DE ACESSO À DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA, o que permite consultas, quando necessário, pela unidade de pessoal do DPRF, controle interno respectivo e TCU, não havendo, desta forma, a necessidade de entrega da DBR no NAP.

Além disso, a declaração de bens entregue no momento da posse no cargo efetivo é também arquivada na pasta de assentamento funcional do servidor, à qual só tem acesso os servidores lotados no NAP e o próprio servidor.

No âmbito do 5º DRPRF/RR, o NAP é o Núcleo incumbido de gerenciar a recepção das DBR, sendo que não existe sistema informatizado para este gerenciamento.

Considerando o caráter sigiloso das informações, não são realizadas pelo NAP análises das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

11.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO 45 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

| DECLARAÇÃO |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Eu, ROMMEL PESSOA DANTAS, CPF nº 652.799.485-00, Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro, exercido no 5º DRPRF/RR declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Boa Vista-RR, 25 de março de 2013.</p> <p style="text-align: center;">ROMMEL PESSOA DANTAS CPF nº 652.799.485-00 Chefe do NAF/5ºDRPRF/RR</p> |

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

12.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

O 5º DRPRF/RR não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, pois ainda aguarda definição do DPRF quanto à metodologia que será utilizada para a execução dos cálculos da depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos.

12.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12.2.1 Declaração Plena

Foi emitida apenas a Declaração com Ressalva que se encontra no próximo item.

12.2.1 Declaração com Ressalva

QUADRO 46 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------|--------------------------------|
| Denominação completa (UJ) | | | Código da UG |
| 5º DISTRITO REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | | | 200232 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 106 – FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO; b) 115 – FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES; c) 203 – SALDOS ALONGADOS CONTASTRANSIT. PASSIVO CIRCULANTE; d) 951 – FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | Brasília/DF | Data | 25 de fevereiro de 2013 |
| Contador Responsável | JOSÉ CARLOS GOMES | CRC nº | DF – 9.261/O-7 |

12.3 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Tal item equivale ao item 11.6 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 e não deve ser apresentado no Relatório de Gestão do 5º DRPRF/RR, como determina o item b) do Quadro A1 do mesmo Anexo.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Todas as informações

14. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE

E PROPAGANDA

Tal item equivale ao item 3 da Parte B – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 e como a Parte B não se aplica ao 5º DRPRF/RR, não será apresentado no nosso Relatório de Gestão.

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

Tal item equivale ao item 16 da Parte B – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 e como a Parte B não se aplica ao 5º DRPRF/RR, não será apresentado no nosso Relatório de Gestão .

16. AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Tal item equivale ao item 31 da Parte B – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 e como a Parte B não se aplica ao 5º DRPRF/RR, não será apresentado no nosso Relatório de Gestão .

17. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS

Tal item equivale ao item 38 da Parte B – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 e como a Parte B não se aplica ao 5º DRPRF/RR, não será apresentado no nosso Relatório de Gestão .

18. RESULTADOS E CONCLUSÕES

18.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012

A reestruturação administrativa e operacional da UJ e sua reaproximação com os demais órgãos incumbidos das ações de enfrentamento aos acidentes, de fiscalização de trânsito, bem como de combate à criminalidade, a resolução das questões envolvendo o domínio dos imóveis ora ocupados por esta UJ, a realização de leilão de veículos de terceiros, foram os principais objetivos desta gestão.

Conseguimos, de forma morosa e não definitiva, reorganizar a área administrativa, principalmente, o NAF, além de darmos mais condições a área operacional na busca do atingimento das metas estabelecidas pela administração central, a qual, com muito esforço, vem conseguindo dar andamento aos processos que objetivam a contratação de novos policiais e de servidores administrativos.

No que concerne a reaproximação com outros órgãos, principalmente da esfera federal, também avançamos consideravelmente, pois no decorrer do exercício em apuração, realizamos várias ações com o apoio de outros órgãos, destacando-se as ações em que tivemos a participação da RFB – Receita Federal do Brasil, órgão extremamente alinhado com as ações da PRF neste Estado.

A participação desta UJ no pleito eleitoral de 2012, foi um dos objetivos de maior relevância da qual participamos, pois pela primeira vez, nos fizemos presentes em praticamente todos os municípios que margeiam nossas rodovias federais neste Estado, operação que servirá para estudo das ações voltadas para as eleições majoritárias de 2014, ocasião em que, com certeza, estaremos com um número maior de policiais e com uma estrutura administrativa/operacional em melhores condições de prestarmos um serviço que se aproxime da excelência pra sociedade e para o estado democrático de direito na realização de um pleito eleitoral limpo, com o exercício pleno por parte do cidadão eleitor no seu direito de escolha.

Não podemos deixar de mencionar, também, o evento Copa do Mundo, que demandará grande esforço do efetivo da Regional, considerando que estremos ao lado de uma das sedes e com duas fronteiras internacionais secas, com previsão de grande volume de tráfego no período.

18.2 PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS

-Reorganizar de forma definitiva a estrutura dos Núcleos da Regional, com a nomeação de novos

servidores policiais e administrativos, identificando o perfil e mapeando suas respectivas competências, buscando dessa forma uma solução de longo prazo para atendimento das nossas demandas;

-Estabelecer um calendário fixo para a realização de leilões de veículos de terceiros, pois dessa forma a Regional evitará que os respectivos bens permaneçam por tanto tempo sob sua guarda, o que viria causar a interposição de demandas judiciais em razão da alta incidência de criadouros de pragas, o que poderia causar elevado índice de infestação dos moradores das redondezas;

-Concluir a regularização dos imóveis ora ocupados pela UJ, além de buscar outros imóveis que sejam estratégicos e necessários a consecução de nossa missão, pois trata-se de uma das prioridades da atual gestão, considerando a perspectiva de realização de novos concursos e, por conseguinte, a nomeação de novos servidores nesta Regional, o que acarretaria a necessidade de mais espaços no que concerne os postos de fiscalizações e postos nas áreas administrativas da UJ;

-Executar integralmente nosso calendário de operações estabelecido em planejamento operacional, além de atender às demandas do órgão central e das outras Regionais quando necessário, é fator de grande compromisso por parte desta UJ, considerando a necessidade de nos fazermos presentes nos mais diversos pontos de nossa grande malha rodoviária, claro que para tal objetivo, é imprescindível a disponibilidade de recursos, tanto financeiro quanto de efetivo;

-Racionalizar e reduzir os custos com manutenção de VTR, consumo de energia, água, transmissão de dados e telefonia, sendo tais objetivos um dos nossos maiores desafios, considerando a dificuldade de encontrarmos empresas especializadas nas áreas em questão, além de um grande trabalho de conscientização junto ao efetivo administrativo/operacional, porém, não é impossível o alcance de tal meta;

-Buscar a realização das obras da nova sede, para adequarmos o espaço administrativo, o qual se encontra atualmente reduzido, causando certa dificuldade no desenvolvimento de nossas atividades primárias, devemos buscar ainda, a aquisição das áreas necessárias à construção de duas UNEFRONs – Unidade Especial de Fronteira, sendo uma no município de Pacaraima, na fronteira Brasil/Venezuela, e outra no município de Bonfim, na fronteira Brasil/Guiana, além de implementarmos as ações de fiscalização de trânsito e de combate à criminalidade, questões de grande prioridade da Regional.